

# CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **14**

*Informação reportada ao  
primeiro trimestre de 2012*



ccdrc

comissão de coordenação  
e desenvolvimento regional  
do centro

# ÍNDICE

# 14

Boletim trimestral

Informação reportada ao  
primeiro trimestre de 2012

## CONJUNTURA

- 2** Enquadramento Nacional
- 4** Mercado de Trabalho
- 11** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 14** Comércio Internacional de Bens
- 16** Turismo
- 17** Construção e Habitação
- 19** Preços e Consumo Privado
- 21** Políticas Públicas no Centro
- 26** Projeto ACTION: Ações de  
Cooperação Transfronteiriça para  
a Inovação e Oportunidades de  
Negócio

## DINÂMICAS REGIONAIS NO CENTRO DE PORTUGAL

- 28** O contributo do Datacentro no  
acompanhamento das Dinâmicas  
Regionais do Centro de Portugal

### FICHA TÉCNICA

#### Editor

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro

#### Responsável Técnico

Direção de Serviços de  
Desenvolvimento Regional

#### Data de Edição

Junho de 2012

#### Design Gráfico

DallDesign, Unipessoal Lda

#### Impressão

QUILATE - Artes Gráficas, Lda

#### ISSN

2182-6579

[boletimtrimestral@ccdrcc.pt](mailto:boletimtrimestral@ccdrcc.pt)  
[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Alguma da informação conjuntural encontra-se  
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

No primeiro trimestre de 2012, o Produto Interno Bruto nacional registou uma diminuição homóloga menos acentuada do que no trimestre anterior (-2,2%), o que se deveu a um agravamento menos significativo da procura interna. A procura externa também evidenciou uma aceleração, crescendo 7,9% neste trimestre. Simultaneamente, em Portugal, assistiu-se a um novo agravamento da taxa de desemprego (14,9%) e a um aumento dos preços no consumidor (3,4%). A confiança dos consumidores e a perceção dos empresários relativamente à atividade económica continuaram a evidenciar muito pessimismo.

No Centro de Portugal, o mercado de trabalho voltou a sofrer um forte recuo no primeiro trimestre de 2012, com uma diminuição de 2,4% na população empregada e um aumento de 18,8% dos desempregados. A taxa de desemprego regional fixou-se assim em 11,8%, afetando 147,6 mil indivíduos, mais 23,4 mil indivíduos do que no trimestre homólogo. O desemprego afetou de forma mais significativa, os jovens e os indivíduos à procura do primeiro emprego.

Neste trimestre, a situação do setor empresarial voltou a agravar-se, com nova diminuição dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras e aumento do crédito vencido. O número de novas empresas constituídas diminuiu face ao trimestre homólogo e o número de ações de insolvência aumentou. A atividade da construção evidenciou grandes dificuldades com uma redução significativa do licenciamento de edifícios e da conclusão de obras. Positivamente, destaca-se o crescimento das exportações dos operadores da região para outros países. Também a atividade turística evidenciou uma evolução mais favorável.

Até ao final de março de 2012, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 15.388 projetos de investimento no Centro de Portugal, que envolvem um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e 4,9 mil milhões de euros de fundos comunitários. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até esta mesma data, tinham sido aprovadas 2.796 operações, que representavam uma comparticipação de 1,5 mil milhões de euros de FEDER. No final do primeiro trimestre de 2012, a taxa de execução do Mais Centro era de 39,7%, ou seja, mais do dobro da taxa de execução de março de 2011. O Mais Centro mantinha assim, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

# CONJUNTURA

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto diminuiu 2,2% em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2012. Esta diminuição menos significativa do PIB, face ao trimestre anterior, resultou de um menor agravamento da procura interna. A procura externa manteve o seu comportamento positivo, com as exportações a aumentarem 7,9%.

A taxa de desemprego nacional registou um novo agravamento, fixando-se em 14,9%, e o nível geral dos preços aumentou, embora de forma menos acentuada. As perceções dos consumidores e dos empresários foram assim muito negativas neste trimestre.

**-2,2%**  
foi o decréscimo  
homólogo do PIB e

**7,9%**  
o aumento das  
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
PIB <sup>1</sup>	v. h. (%)	-2,2	-2,9	-2,0	-1,1	-0,6	-1,6	1,4
Procura interna	v. h. (%)	-6,1	-9,5	-4,9	-5,2	-3,3	-5,7	0,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	-5,6	-6,6	-3,5	-3,5	-2,5	-4,0	2,1
Taxa de investimento	%	16,6	15,1	17,2	17,4	18,6	17,1	19,5
Exportações	v. h. (%)	7,9	6,6	6,7	8,8	8,4	7,6	8,8
Importações	v. h. (%)	-4,0	-12,8	-2,8	-4,3	-1,1	-5,3	5,4
VAB	v. h. (%)	-1,9	-2,5	-1,4	-0,9	-0,2	-1,2	1,4
Taxa de desemprego	%	14,9	14,0	12,4	12,1	12,4	12,7	10,8*
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,4	3,9	3,2	3,7	3,7	3,7	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-54,5	-56,8	-50,8	-50,7	-48,4	-51,7	40,8
Indicador de clima económico	%	-4,8	-3,9	-2,9	-2,3	-1,7	-2,7	-0,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,311	1,348	1,413	1,439	1,367	1,392	1,327
	v. h. (%)	-4,1	-0,8	9,4	13,1	-1,2	4,9	-4,8

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro

\* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 2,2% no primeiro trimestre de 2012, face ao trimestre homólogo<sup>2</sup> (Quadro 1), ou seja, um decréscimo inferior ao registado no quarto trimestre de 2011 (-2,9%). Esta diminuição menos acentuada do PIB deveu-se ao comportamento da procura interna, uma vez que a redução desta componente foi menos expressiva do que no trimestre anterior.

A procura interna diminuiu 6,1% face ao período homólogo, o que resultou da quebra quer das despesas de consumo final quer do investimento. As despesas de consumo das famílias registaram uma quebra de 5,6%, resultado de uma diminuição observada em todas as classes de despesa: bens alimentares (-0,8%), bens duradouros (-26,3%) e bens correntes não alimentares e serviços (-4,2%). De realçar o facto das despesas das famílias em bens alimentares registarem uma variação homóloga negativa pela terceira vez consecutiva desde 1995<sup>3</sup>. O valor das despesas de investimento tem vindo a apresentar reduções sucessivas, tendo, neste trimestre, atingido o seu mínimo histórico dos últimos, pelo menos, 17 anos. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) melhorou face ao trimestre anterior, aumentando 1,5 pontos percentuais (p.p.), embora se tenha posicionado muito abaixo da taxa registada no período homólogo.

<sup>1</sup> Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

<sup>2</sup> Variação homóloga percentual – v. h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v. h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

<sup>3</sup> O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



No que respeita à procura externa, neste trimestre, as exportações aumentaram 7,9% e as importações diminuíram 4,0%, evidenciando uma aceleração das exportações e uma diminuição menos acentuada das importações.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu, em termos homólogos, pelo quinto trimestre consecutivo (-1,9%). Neste trimestre, o ramo de atividade com maior decréscimo do VAB gerado foi o da “construção”, que diminuiu 10,5%. Tal como no trimestre anterior, apenas se registou uma variação positiva do VAB no ramo de atividade “agricultura, silvicultura e pesca” (0,8%). O VAB da “indústria” voltou a registar uma desaceleração neste trimestre, tendo agora registado uma quebra homóloga de 1,8%.

No primeiro trimestre de 2012, voltou a assistir-se a um novo agravamento no mercado de trabalho. A taxa de desemprego nacional estimada foi de 14,9%, aumentado assim 0,9 p.p. face ao trimestre anterior e 2,5 p.p. face ao homólogo e voltando a registar um novo máximo histórico.

O Índice de Preços no Consumidor registou um acréscimo homólogo de 3,4%, diminuindo 0,5 p.p. face ao trimestre anterior. Tal como nos trimestres anteriores, o nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo apenas na classe de bens “vestuário e calçado”, embora neste trimestre tenha ocorrido uma variação homóloga mais significativa de -9,1%. As restantes 11 classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com os maiores crescimentos as mesmas classes que no trimestre anterior: “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (16,3%), “transportes” (15,0%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (11,8%) e “saúde” (7,9%).

No primeiro trimestre de 2012, as expectativas dos consumidores continuaram muito negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>4</sup> do INE e, apesar de se terem agravado face ao trimestre homólogo, melhoraram ligeiramente face ao período anterior. Já a confiança dos empresários relativamente à atividade económica voltou a diminuir, atingindo o menor valor do indicador de clima económico<sup>5</sup> das últimas duas décadas.

No trimestre em análise, registou-se uma variação homóloga negativa da taxa de câmbio<sup>6</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro), assistindo-se assim a uma desvalorização do euro. Esta desvalorização resultou num aumento da competitividade das exportações portuguesas nos mercados extracomunitários, dado que igual quantidade de bens exportados era agora mais barata.

<sup>4</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>5</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>6</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

No Centro de Portugal<sup>7</sup>, o primeiro trimestre do ano foi marcado por uma contração do mercado de trabalho. Verificou-se uma diminuição da população empregada e um aumento significativo de desempregados, sobretudo de jovens desempregados e de indivíduos à procura do primeiro emprego, comparativamente com o trimestre homólogo. No entanto, a taxa de desemprego diminuiu face ao trimestre anterior, tendo-se registado no Centro o menor valor a nível nacional (11,8%). O salário líquido dos trabalhadores por conta de outrem e os custos da mão-de-obra evidenciaram, em termos médios, decréscimos homólogos reais, no primeiro trimestre de 2012.

# 11,8%

foi a taxa de  
desemprego regional e

# 34,8%

a taxa de desemprego  
jovem

A taxa de atividade (15 e mais anos)<sup>8</sup> no primeiro trimestre de 2012 evidenciou um abrandamento da diminuição que se tem vindo a registar desde o segundo trimestre de 2011, tendo-se posicionado em 60,8%, no país, e em 61,1%, no Centro de Portugal (Quadro 2). Face ao trimestre homólogo a taxa de atividade regional diminuiu 1,2 p.p.. A redução homóloga da taxa de atividade regional foi mais pronunciada na população masculina do que na feminina. No entanto, a taxa de atividade masculina (67,9%) continuou bastante superior à taxa de atividade feminina (54,8%).

A quebra constatada na taxa de atividade regional, no primeiro trimestre de 2012, resultou do decréscimo da população ativa<sup>9</sup>. Comparativamente com o trimestre homólogo, a população ativa diminuiu 2,4%, posicionando-se no valor mais baixo desde que o Instituto Nacional de Estatística (INE) iniciou a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (1.247,5 milhares de indivíduos). No mesmo sentido variaram os empregados da região que registaram um decréscimo homólogo de 4,6%. Já a população desempregada apresentou um crescimento muito significativo (18,8%) face ao primeiro trimestre do ano anterior.

A população inativa<sup>10</sup> no Centro de Portugal evidenciou um crescimento homólogo de 1,5%, no primeiro trimestre de 2012. Esta variação decorreu, maioritariamente do aumento na população doméstica (15,0%), embora também o número de reformados tenha crescido (2,4%). Situação oposta sucedeu com os estudantes que diminuíram 1,4%, face ao trimestre homólogo.

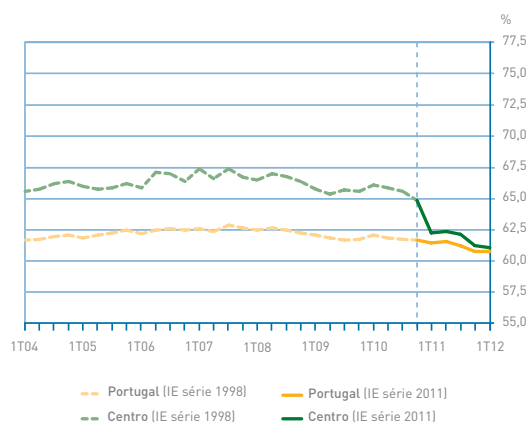
<sup>7</sup> A análise efetuada ao Centro de Portugal refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

<sup>8</sup> A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

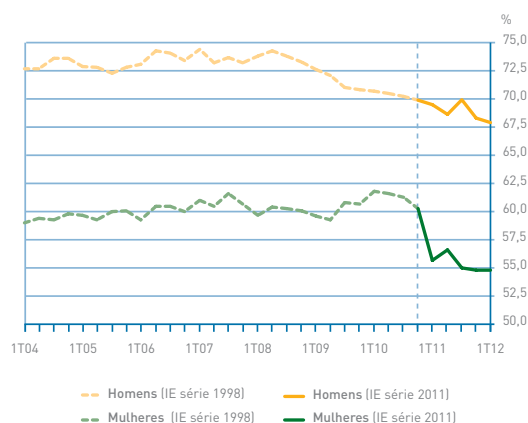
<sup>9</sup> Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

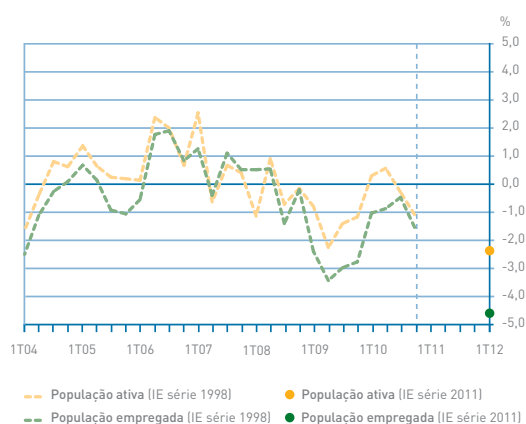
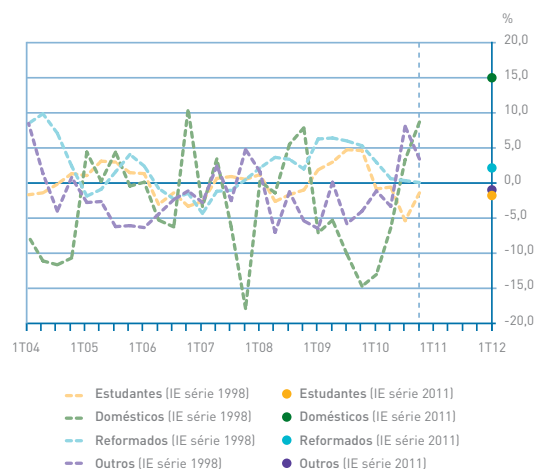
<sup>10</sup> A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



Taxa de atividade no Centro por sexo



**População ativa e população empregada no Centro  
(variação homóloga)**

**População inativa no Centro por condição perante o trabalho  
(variação homóloga)**


Quadro 2 – Atividade*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	60,8	60,9	61,3	61,6	61,5	61,3	61,9	
Centro	%	61,1	61,3	62,2	62,4	62,3	62,0	65,6	
	v. h. (p.p.)	-1,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,0	
Homens	%	67,9	68,3	70,0	68,6	69,5	69,1	70,4	
Mulheres	%	54,8	54,8	55,0	56,6	55,7	55,6	61,2	
População ativa – Centro	milhares	1.247,5	1.257,0	1.275,3	1.279,2	1.277,6	1.272,3	1.346,0	
	v. h. (%)	-2,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,1	
Empregados	milhares	1.100,0	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.141,2	1.242,8	
	v. h. (%)	-4,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,0	
Desempregados	milhares	147,6	158,9	119,9	121,3	124,2	131,1	103,2	
	v. h. (%)	18,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,4	
População inativa** – Centro	milhares	1.114,0	1.116,9	1.098,9	1.095,1	1.097,5	1.102,1	1.033,5	
	v. h. (%)	1,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,2	
Estudantes	milhares	188,1	182,6	170,7	189,4	190,8	183,4	378,7	
	v. h. (%)	-1,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,9	
Domésticos	milhares	111,3	109,2	100,5	94,4	96,8	100,3	99,1	
	v. h. (%)	15,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,2	
Reformados	milhares	353,4	361,5	348,2	343,8	345,0	349,6	371,2	
	v. h. (%)	2,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,1	
Outros	milhares	461,2	463,7	479,5	467,4	464,9	468,9	184,5	
	v. h. (%)	-0,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,9	

n.d. - não disponível

\* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

\*\* A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadraram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade.

<sup>11</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

No primeiro trimestre de 2012, a taxa de emprego<sup>11</sup> nacional posicionou-se no valor mais baixo do último ano (51,7%). Já no Centro de Portugal observou-se uma ligeira recuperação face ao trimestre anterior, tendo a taxa de emprego atingido 53,9% (Quadro 3). Contudo, comparativamente com o trimestre homólogo, a taxa de emprego regional registou uma diminuição de 2,3 p.p.. Considerando a desagregação por sexo, verificou-se uma evolução semelhante à da taxa de emprego global, ou seja, ambas as taxas regionais apresentaram uma variação positiva face ao trimestre anterior mas, no entanto, mantiveram-se aquém dos valores verificados no trimestre homólogo.

A população empregada no Centro de Portugal compreendia 1.100 mil indivíduos, no primeiro trimestre de 2012, significando um decréscimo de 4,6% comparativamente com igual período do ano anterior. A população masculina foi a mais afetada, tendo registado uma diminuição homóloga (-5,3%) mais significativa do que a da população feminina (-3,8%). Apesar de se ter assistido a uma redução homóloga do emprego regional em todos os escalões etários, foram os jovens entre os 15 e os 24 anos quem mais sentiu essa quebra (-16,6%). Já no que respeita à distribuição da população empregada por setor de atividade houve dois grupos em que o número de empregados aumentou face ao trimestre homólogo. Trata-se das “atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” (9,6%) e de “outros serviços” (3,2%). Dos restantes setores, foi na construção que se observou o maior decréscimo do emprego face ao primeiro trimestre de 2011 (-19,2%).

No que respeita à desagregação dos empregados segundo a situação na profissão, no primeiro trimestre de 2012, constatou-se uma diminuição homóloga quer de trabalhadores por conta de outrem quer de trabalhadores por conta própria, embora neste último grupo a redução tenha sido mais significativa (-5,7%).

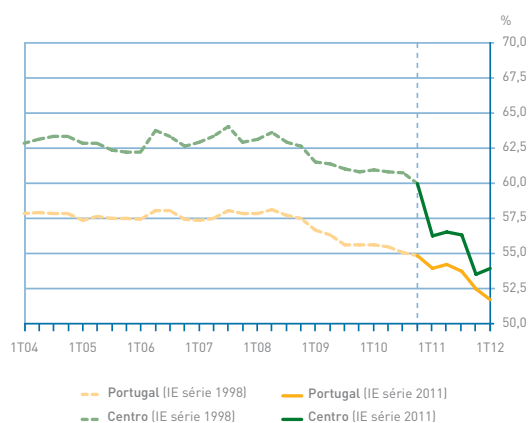
Ao nível dos trabalhadores por conta de outrem o decréscimo homólogo foi mais evidente nos contratados com termo (-10,8%), nos que prestam serviço a tempo completo (-5,0%) e nos menos qualificados, tendo sido registada uma diminuição muito expressiva nos trabalhadores sem qualquer grau de escolaridade (-47,1%). Já o número de indivíduos a trabalhar a tempo parcial aumentou 15,5%, comparativamente com o primeiro trimestre de 2011, tendo havido também crescimento dos trabalhadores por conta de outrem que completaram o ensino secundário ou pós secundário (17,6%) e o ensino superior (3,9%).

Em relação aos trabalhadores por conta própria, o decréscimo homólogo apenas foi verificado nos trabalhadores isolados (-7,3%) uma vez que aqueles que empregavam trabalhadores evidenciaram um ligeiro aumento (0,1%) face a igual período do ano anterior.

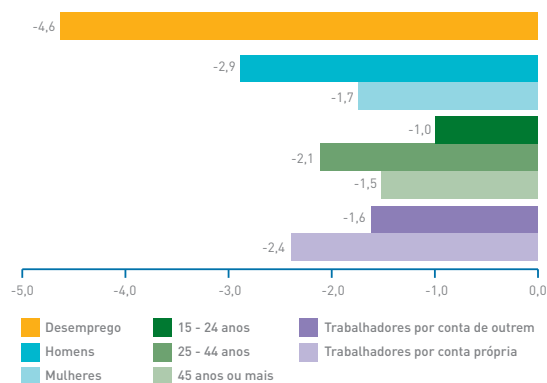
<sup>12</sup> “A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população ativa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população ativa são, respectivamente, dados por  $[(E_t - E_{t-4}) / A_{t-4}] * 100$  e  $[(D_t - D_{t-4}) / A_{t-4}] * 100$ , em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população ativa”.

<sup>13</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

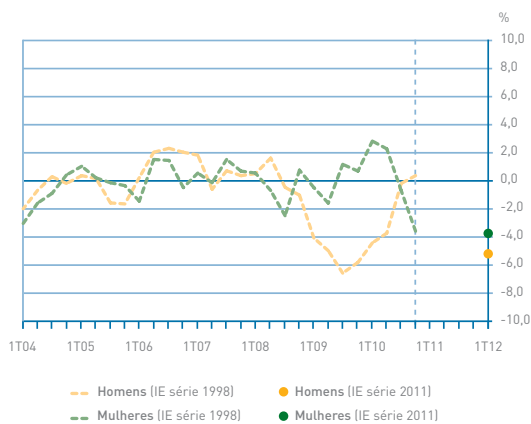
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



Contributos<sup>12</sup> para a taxa de variação homóloga do emprego no Centro (%)



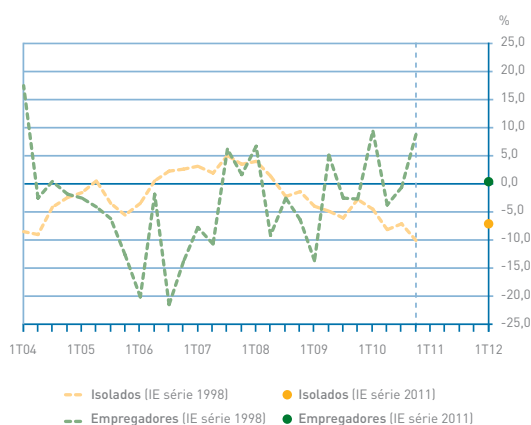
População empregada no Centro por sexo  
(variação homóloga)



População empregada no Centro por situação na profissão<sup>13</sup>  
(variação homóloga)



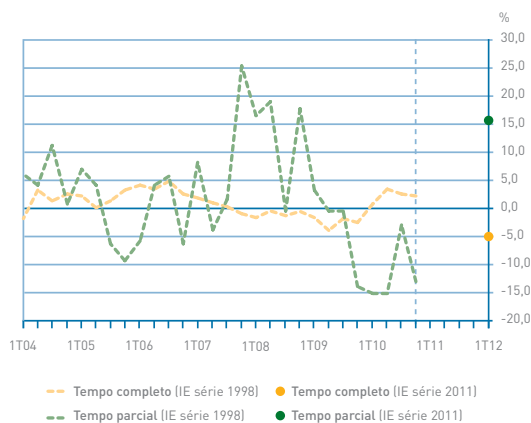
População empregada por conta própria no Centro  
(variação homóloga)



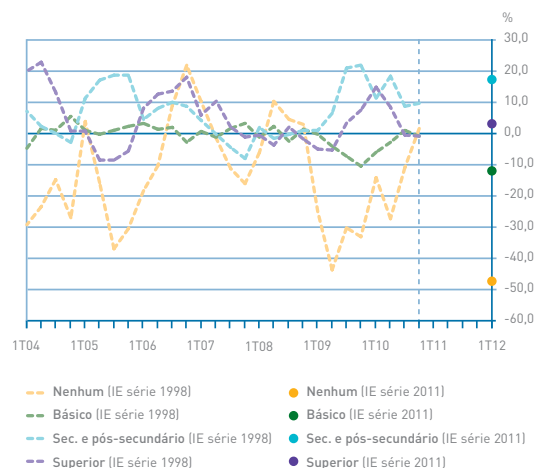
População empregada por conta de outrem no Centro  
por contrato de trabalho  
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro  
por regime de duração de trabalho  
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro  
por nível de escolaridade mais elevado completo  
(variação homóloga)



Quadro 3 – Emprego*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
							média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
<b>Portugal</b>	%	51,7	52,4	53,7	54,2	53,9	53,5	55,2
	%	53,9	53,5	56,3	56,5	56,2	55,6	60,6
<b>Centro</b>	v. h. (p.p.)	-2,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,6
Homens	%	60,4	60,1	63,9	62,5	63,6	62,6	65,6
Mulheres	%	47,8	47,4	49,3	50,9	49,5	49,3	56,0
15 - 24 anos	%	23,3	24,4	28,4	26,1	27,5	26,6	29,8
65 anos ou mais	%	20,4	20,9	22,9	24,6	22,3	22,7	30,5
População empregada – Centro	milhares	1.100,0	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.141,2	1.242,8
	v. h. (%)	-4,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,0
Homens	v. h. (%)	-5,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,0
Mulheres	v. h. (%)	-3,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,2
15 - 24 anos	v. h. (%)	-16,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-9,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	-4,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,1
45 anos ou mais	v. h. (%)	-3,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,7
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v. h. (%)	-5,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-6,2
Indústria, incluindo energia, gás e água	v. h. (%)	-10,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-3,7
Construção	v. h. (%)	-19,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,3
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	v. h. (%)	-3,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,0
Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v. h. (%)	9,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	6,6
Outros serviços	v. h. (%)	3,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,6
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	787,7	800,7	835,9	843,8	815,3	823,9	850,4
	v. h. (%)	-3,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,2
Contratos sem termo	v. h. (%)	-1,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,3
Contratos com termo	v. h. (%)	-10,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	8,0
Tempo completo	v. h. (%)	-5,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,2
Tempo parcial	v. h. (%)	15,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,9
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	-47,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-12,9
Básico	v. h. (%)	-11,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,3
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	17,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,9
Superior	v. h. (%)	3,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5,2
Trabalhadores por conta própria	milhares	307,0	292,3	309,7	307,6	325,6	308,8	378,1
	v. h. (%)	-5,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-6,2
Isolados	v. h. (%)	-7,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,5
Empregadores	v. h. (%)	0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3,2

n.d. - não disponível

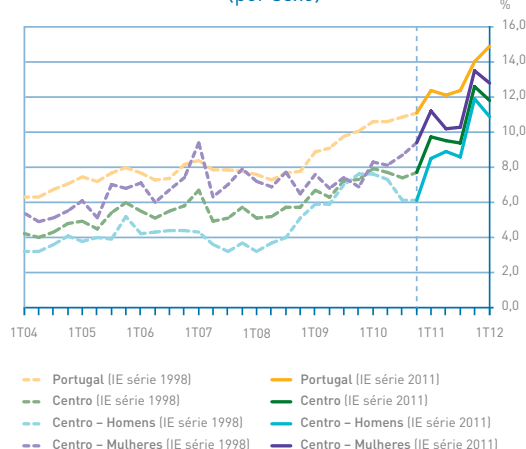
\* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

A taxa de desemprego<sup>14</sup> no Centro de Portugal, ao contrário do que sucedeu ao nível nacional, influiu a tendência de crescimento que vinha a registar desde o terceiro trimestre de 2011, posicionando-se em 11,8%, a mais baixa taxa de desemprego de entre as sete regiões do país, no primeiro trimestre de 2012 (Quadro 4). Ainda assim, comparativamente com igual período anterior, este valor traduziu-se num crescimento de 2,1 p.p. A população feminina continuou a evidenciar uma taxa de desemprego superior à masculina, tendo, no entanto, o seu diferencial diminuído, em relação ao trimestre homólogo, em resultado de um crescimento mais acentuado da taxa de desemprego masculina (que se fixou em 10,9%) do que da taxa de desemprego feminina (que se cifrou em 12,8%). Por idades, a taxa de desemprego entre os jovens continuou a ser a mais elevada (34,8%) e a que mais cresceu no último ano (12,6 p.p.).

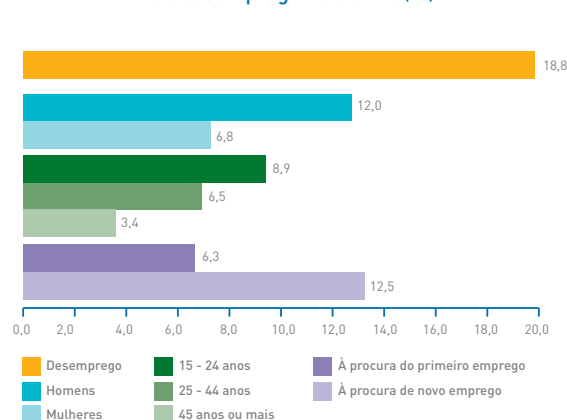
<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

No primeiro trimestre de 2012, o desemprego afetou mais 18,8% de indivíduos do que em igual período do ano anterior. A população masculina foi a que evidenciou o maior crescimento de desempregados (25,8%). No entanto, o aumento do desemprego teve também alguma relevância entre as mulheres (12,8%). Todos os escalões etários registaram acréscimos no número de desempregados, destacando-se os jovens por apresentarem um crescimento homólogo superior a 50%, mais concretamente 55,6%. Também os desempregados à procura do primeiro emprego evidenciaram uma subida exponencial (75,7%), no primeiro trimestre de 2012. Em relação à duração da situação de desemprego, constatou-se um crescimento bastante mais acentuado nos indivíduos desempregados há menos de 12 meses (33,2%) do que nos que se encontravam em situação de desemprego há mais tempo (6,2%), no primeiro trimestre de 2012.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga de desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
<b>Portugal</b>	%	14,9	14,0	12,4	12,1	12,4	12,7	10,8
	%	11,8	12,6	9,4	9,5	9,7	10,3	7,7
<b>Centro</b>	v. h. (p.p.)	2,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8
Homens	%	10,9	11,9	8,6	8,9	8,5	9,5	6,8
Mulheres	%	12,8	13,5	10,3	10,2	11,2	11,3	8,6
15 - 24 anos	%	34,8	34,7	26,5	21,4	22,2	26,3	17,3
25 - 44 anos	%	13,0	13,8	9,9	10,7	11,4	11,4	9,3
45 anos ou mais	%	6,9	7,8	6,0	6,5	6,0	6,6	4,6
<b>População desempregada – Centro</b>	milhares	147,6	158,9	119,9	121,3	124,2	131,1	103,2
	v. h. (%)	18,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,4
Homens	v. h. (%)	25,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8
Mulheres	v. h. (%)	12,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	22,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	55,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,6
25 - 44 anos	v. h. (%)	11,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,3
45 anos ou mais	v. h. (%)	12,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	19,4
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	75,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,9
À procura de novo emprego	v. h. (%)	13,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13,1
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	33,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-12,8
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	6,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	40,9

n.d. - não disponível  
 \* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

No Centro de Portugal, no primeiro trimestre de 2012, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem manteve a trajetória descendente que tem marcado a sua evolução desde o segundo trimestre de 2011, posicionando-se em 742€ (Quadro 5). Também em termos reais a evolução, no decurso do último ano, tem sido no sentido da redução dos valores médios auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem da região. Comparativamente com o primeiro trimestre de 2011, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores registou uma diminuição de 3,8% na região. Apesar disso, a redução não foi tão acentuada como a nível nacional, onde o decréscimo chegou aos 4,3%.

A evolução homóloga real do Índice de Custo do Trabalho<sup>15</sup> manteve-se negativa, no primeiro trimestre de 2012, tendo, no entanto evidenciado melhorias face ao decréscimo homólogo registado no trimestre anterior. No Centro de Portugal os custos da mão-de-obra suportados pelo empregador, no primeiro trimestre de 2012, registaram um decréscimo homólogo real (-3,1%) mais acentuado do que a nível nacional (-2,0%).

# 805€

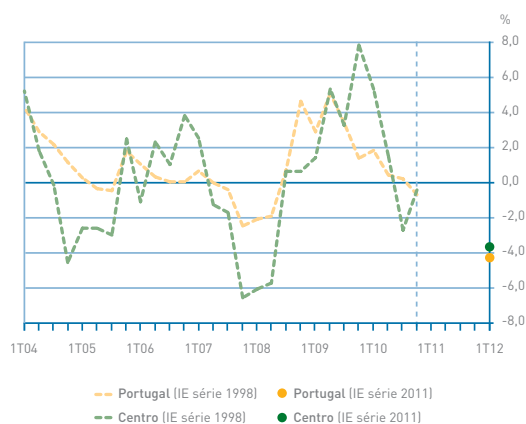
de salário médio  
mensal no país e

# 742€

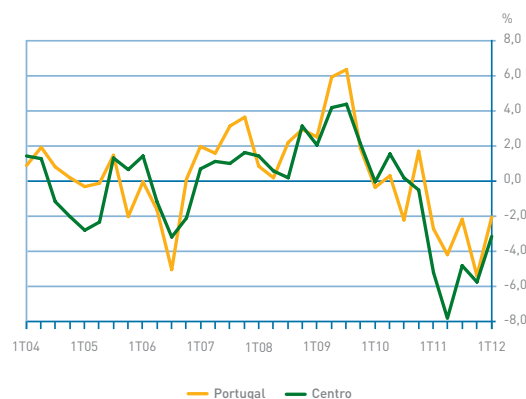
na região

<sup>15</sup> O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na ótica do empregador, dado por hora efetivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações diretas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Salário médio líquido mensal em Portugal e no Centro  
(variação homóloga real)



Índice do custo de trabalho em Portugal e no Centro  
(variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal* (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	805	809	800	809	813	808	778	
	v. h. real (%)	-4,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,5	
Centro	€	742	747	749	751	746	748	692	
	v. h. real (%)	-3,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8	
Índice de Custo do Trabalho									
Portugal	v. h. real (%)	-2,0	-5,4	-2,2	-4,2	-2,7	n.d.	-0,1	
Centro	v. h. real (%)	-3,1	-5,7	-4,8	-7,9	-5,2	n.d.	0,5	

n.d. - não disponível

\* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.



## DESEMPREGO REGISTRADO

# 118,5 mil

desempregados  
registados nos centros de  
emprego na região

# 40,8 mil

são novos  
desempregados

No primeiro trimestre de 2012, o Centro de Portugal evidenciou o valor mais elevado dos últimos anos, tanto ao nível do número de desempregados registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional como da taxa de desemprego registado, a qual se fixou em 8,0%. Os novos desempregados observaram um abrandamento no seu crescimento homólogo, apesar de se ter acentuado a diminuição das colocações por parte daquela instituição, face ao primeiro trimestre de 2011.

O número de desempregados registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) residentes no Centro de Portugal, no primeiro trimestre de 2012, ascendeu a 118,5 mil indivíduos, o valor mais elevado desde o início de 2004, altura a partir da qual o IEFP disponibiliza, no seu portal, informação por área de residência do utente. Este número reflete um crescimento de 16,7% face a igual período do ano anterior (Quadro 6). Em consequência, também a taxa de desemprego registado<sup>16</sup> apresentou o maior valor dos últimos anos (8,0%).

Os novos desempregados na região continuaram a aumentar face ao trimestre homólogo. Em sentido oposto estiveram as colocações feitas pelo IEFP que acentuaram o decréscimo homólogo para valores que não eram observados desde o primeiro trimestre de 2009.

Quadro 6 – Desemprego Registado		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
<b>Dados do IEFP – Centro</b>								
Desemprego registado*	milhares	118,5	106,3	96,8	95,5	101,5	100,0	103,0
	v. h. (%)	16,7	7,3	-4,5	-8,8	-4,9	-2,9	8,6
Taxa de desemprego registado	%	8,0	7,2	6,5	6,4	6,9	6,8	6,8
Novos desempregados	milhares	40,8	40,8	41,7	29,9	35,8	37,1	35,7
	v. h. (%)	13,9	19,8	11,0	-3,5	-10,5	3,9	-5,3
Colocações do IEFP	milhares	4,4	4,4	7,0	6,1	5,2	5,7	6,3
	v. h. (%)	-15,2	-12,3	-9,5	-11,6	-5,9	-9,9	13,3

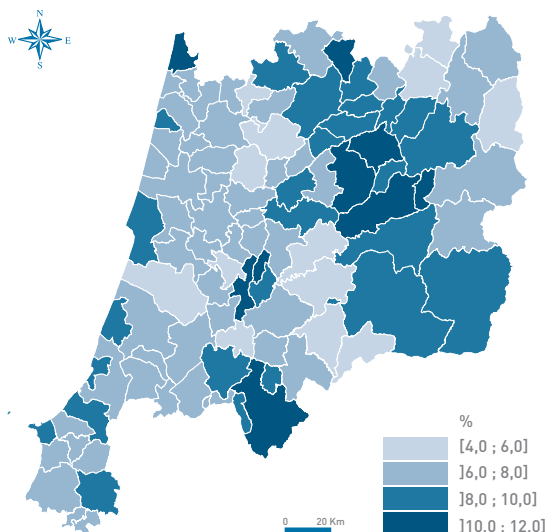
\* valores médios trimestrais

Ao nível municipal, no primeiro trimestre de 2012, 62 dos 100 municípios apresentaram uma taxa de desemprego registado inferior à da região, destacando-se Oleiros, Meda, Trancoso e Almeida com valores inferiores a 5%, que continuaram assim a apresentar dos valores mais reduzidos do Centro de Portugal. No extremo oposto, os montantes mais elevados foram verificados em Vila nova de Paiva (12,0%), Abrantes (11,4%), Gouveia (11,3%), Covilhã e Figueiró dos Vinhos (ambos com 11,0%).

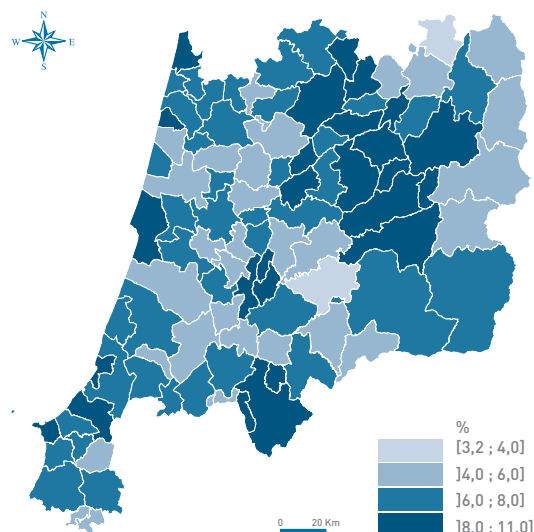
Em termos de evolução, apenas em 8 municípios se verificou uma diminuição da taxa de desemprego registado, comparativamente com o primeiro trimestre de 2011: Aguiar da Beira, Manteigas, Penalva do Castelo, Pedrógão Grande, Pinhel, Vila Nova de Paiva, Pampilhosa da Serra e Penela. Estes municípios apresentaram, no primeiro trimestre de 2012, uma taxa de desemprego registado inferior à que tinham exibido em igual período de 2011, até menos 0,6 p.p.. Dos restantes municípios, que apresentaram crescimento homólogos da taxa de desemprego registado, é de salientar o acréscimo ocorrido em Mação (3,6 p.p.), Constância (2,6 p.p.) e Abrantes (2,4 p.p.). Refira-se que Mação foi dos municípios que apresentou das mais baixas taxas de desemprego registado, no primeiro trimestre de 2011. No entanto, os sucessivos aumentos ocorridos neste indicador conduziram a que no primeiro trimestre de 2012 este município figurasse a meio da tabela ordenada dos municípios da região.

<sup>16</sup> A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2011 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efetuada da população desempregada e da população ativa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população ativa.

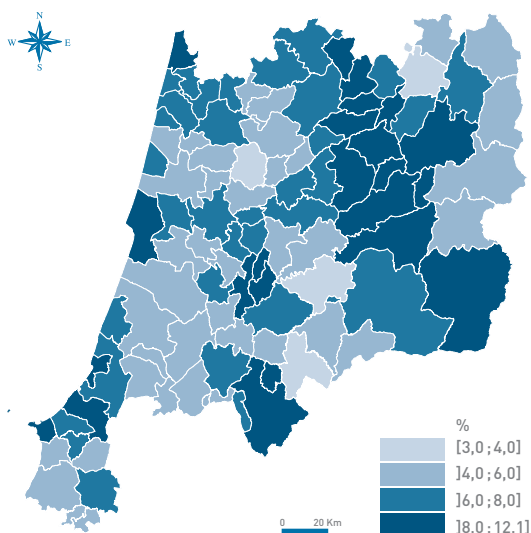
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2012



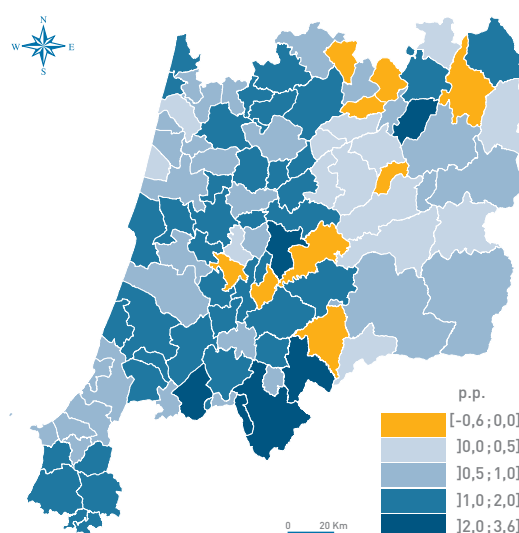
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2011



Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2011



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2012



## EMPRESAS

No primeiro trimestre de 2012, o setor empresarial continuou a dar sinais de retração. Comparativamente com o período homólogo, o número de empresas caiu, as ações de insolvência cresceram significativamente e, no que respeita ao seu financiamento, acentuou-se o decréscimo dos empréstimos concedidos pelas entidades financeiras e o crescimento da importância do crédito vencido.

As empresas constituídas no primeiro trimestre de 2012 voltaram a ser em menor número do que as do primeiro trimestre do ano anterior (Quadro 7). No país, o decréscimo homólogo (-14,0%) foi mais acentuado do que na região (-12,7%). No Centro de Portugal foram, em média, criadas perto de 19 empresas por dia, no primeiro trimestre de 2012. Há um ano, este número rondava as 22 empresas.

# 19

empresas criadas  
por dia na região

# 7,8%

do crédito às  
empresas da região  
encontrava-se em  
incumprimento

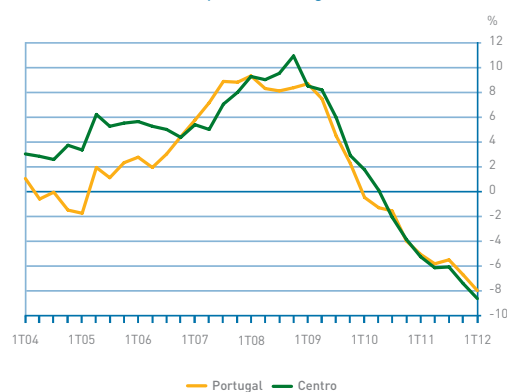
<sup>17</sup> De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

<sup>18</sup> A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as ações de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência - Apresentada, Declarada a Insolvência - Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

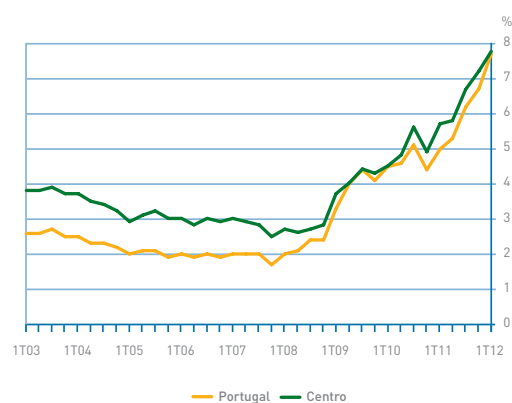
Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras continuaram, no primeiro trimestre de 2012, a apresentar uma variação negativa real, mais acentuada do que a do trimestre precedente. Também à semelhança dos trimestres anteriores, o decréscimo homólogo real no Centro de Portugal (-8,6%) voltou a ser mais acentuado do que no país (-8,0%). Já o peso do crédito vencido<sup>17</sup> manteve a trajetória ascendente que tem vindo a apresentar desde o final de 2010, tendo-se verificado uma aproximação dos valores nacional e regional, os quais se fixaram em 7,7% e 7,8%, respetivamente.

No primeiro trimestre de 2012, as ações de insolvência<sup>18</sup> aceleraram o seu crescimento homólogo, tendo-se registado 2.292 ações em Portugal, 20% das quais (ou seja, 462) na região. Estes valores refletem um aumento do total de ações de insolvência, face a igual período do ano anterior, de 41,4% no país e 44,4% na região. Em termos médios diários, contabilizaram-se 25 ações de insolvência no país e 5 no Centro de Portugal.

**Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras**  
(variação homóloga real)



**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido**



Quadro 7 – Empresas		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.413	7.256	7.312	8.776	10.947	8.573	7.656
	v. h. (%)	-14,0	-0,3	10,5	16,6	18,9	12,0	-0,3
Centro	número	1.700	1.291	1.297	1.550	1.947	1.521	1.421
	v. h. (%)	-12,7	-3,2	6,0	12,8	11,0	7,0	-0,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	113.461	115.345	118.079	118.872	119.245	117.885	120.699
	v. h. real (%)	-8,0	-6,7	-5,5	-5,9	-5,1	-5,8	-1,8
Centro	milhões €	17.577	17.890	18.233	18.586	18.603	18.328	18.852
	v. h. real (%)	-8,6	-7,4	-6,0	-6,1	-5,2	-6,2	-1,0
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	7,7	6,7	6,2	5,3	5,0	5,8	4,7
Centro	%	7,8	7,2	6,7	5,8	5,7	6,4	5,0
Ações de Insolvência								
Portugal	número	2.292	1.777	1.533	1.575	1.621	1.627	1.373
	v. h. (%)	41,4	24,1	22,0	5,1	24,2	18,5	43,6
Centro	número	462	365	327	329	320	335	282
	v. h. (%)	44,4	17,7	25,3	13,4	20,3	19,0	46,7

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No primeiro trimestre de 2012, as saídas e entradas de bens registaram comportamentos opostos. As saídas evidenciaram um crescimento homólogo real, mais significativo no mercado extracomunitário. As entradas apresentaram uma diminuição homóloga real que, em Portugal, resultaram da quebra no mercado intracomunitário e, na região, foram mais importantes ao nível dos países extracomunitários.

As saídas de bens apresentaram um crescimento homólogo real<sup>19</sup>, no primeiro trimestre de 2012. A variação observada a nível nacional (9,6%) foi superior à do trimestre anterior. No Centro de Portugal o crescimento de 3,9% configurou uma inflexão no sentido da variação, em oposição ao decréscimo homólogo real verificado no trimestre anterior (Quadro 8). Contudo, enquanto que no país o crescimento homólogo real das exportações para países extracomunitários (30,0%) foi bastante mais expressivo do que para o mercado intracomunitário (3,5%), na região o aumento das exportações destinadas a países fora da União Europeia (7,1%), apesar de mais significativo, não registou um diferencial tão acentuado face às saídas para os países comunitários (2,9%).

No Centro de Portugal, a maioria das secções da Nomenclatura Combinada consideradas<sup>20</sup> também registaram um crescimento homólogo real, no primeiro trimestre de 2012. As “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” foram as que continuaram a registar, em termos reais, o maior crescimento das saídas (33,9%). Em sentido oposto, com a maior redução, mantiveram-se as indústrias das “Pastas de madeira e papel” que apresentaram um decréscimo homólogo real de 19,6%, ainda assim, bastante menos acentuado do que os dos trimestres anteriores.

### 3,9%

foi o crescimento homólogo real das saídas na região e

### -7,3%

o decréscimo das entradas

<sup>19</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

<sup>20</sup> As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens - Saídas*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
<b>Portugal</b>	milhões €	11.400,7	10.947,9	10.493,1	10.729,9	10.213,4	10.596,1	9.190,6
	v. h. real (%)	9,6	8,2	6,6	9,3	8,6	8,1	10,3
Intracomunitárias	milhões €	8.262,5	7.881,6	7.664,9	8.014,4	7.841,6	7.850,6	6.893,3
	v. h. real (%)	3,5	3,8	5,3	8,3	10,1	6,8	9,7
Extracomunitárias	milhões €	3.138,2	3.066,3	2.828,2	2.715,5	2.371,8	2.745,4	2.297,2
	v. h. real (%)	30,0	21,3	10,1	12,5	4,0	12,1	11,9
<b>Centro</b>	milhões €	2.147,3	1.946,5	1.947,4	2.077,7	2.030,9	2.000,6	1.853,2
	v. h. real (%)	3,9	-4,0	1,0	1,6	6,9	1,2	9,0
Intracomunitárias	milhões €	1.653,1	1.460,3	1.458,4	1.610,3	1.577,7	1.526,7	1.424,6
	v. h. real (%)	2,9	-4,6	-1,2	1,0	7,1	0,5	8,0
Extracomunitárias	milhões €	494,2	486,2	488,9	467,4	453,2	473,9	428,7
	v. h. real (%)	7,1	-2,1	8,1	3,6	6,2	3,7	12,1
<b>Totais (intra + extracomunitárias)</b>								
Produtos animais	v. h. real (%)	14,9	24,8	20,8	23,0	19,0	21,8	9,5
Produtos vegetais	v. h. real (%)	0,1	2,8	9,6	10,8	6,0	6,2	0,4
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	33,9	28,1	6,9	0,8	5,3	10,2	6,6
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	4,9	10,7	66,8	66,8	72,5	50,1	2,1
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	7,5	1,9	-4,8	-0,3	10,5	1,7	36,8
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	-2,2	6,1	8,2	22,7	14,3	12,6	-3,8
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	-19,6	-65,3	-37,6	-43,0	-46,0	-48,2	17,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	7,1	5,4	17,0	17,6	14,1	13,3	2,2
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	2,8	2,0	-2,6	-2,5	2,6	-0,2	1,2
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	16,0	26,1	16,1	0,0	10,3	12,4	7,2
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	7,1	0,0	7,1	11,0	10,7	7,1	4,2
Material de transporte	v. h. real (%)	-15,4	-19,4	-18,3	0,9	17,8	-4,5	15,0

\* Os valores apresentados para 2010, 2011 e 2012 reportam-se a dados preliminares. Para o ano 2012 os dados são revistos trimestralmente.

As entradas de bens sofreram um decréscimo homólogo real no país (-5,2%) e no Centro de Portugal (-7,3%), no primeiro trimestre de 2012 (Quadro 9). A nível nacional esta diminuição resultou exclusivamente do mercado intracomunitário já que as importações provenientes de países exteriores à União Europeia evidenciaram um incremento. Já na região, ambos os mercados contribuíram para a diminuição constatada. No entanto, as entradas extracomunitárias evidenciaram, uma redução homóloga real mais importante do que as originárias de países comunitários. As entradas provenientes da União Europeia apresentaram, assim, uma variação negativa que não era observada desde o terceiro trimestre de 2010.

Ao nível das secções da Nomenclatura Combinada consideradas, em quase todas, as entradas foram, em termos reais, inferiores às do trimestre homólogo. Excetuaram-se, com variações positivas, as "Indústrias químicas e conexas" (1,2%) e o "Material de transporte" (0,9%). Das restantes secções destacou-se, à semelhança do trimestre anterior, a redução homóloga real observada nas entradas de "Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria" (-32,7%).

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens - Entradas*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
<b>Portugal</b>	milhões €	14.081,8	13.869,4	14.240,8	15.054,8	14.564,8	14.432,4	14.263,3
	v. h. real (%)	-5,2	-15,0	-4,0	-6,3	-1,5	-7,0	5,7
Intracomunitárias	milhões €	10.034,7	10.324,2	10.067,3	10.730,8	11.026,8	10.537,3	10.801,1
	v. h. real (%)	-10,8	-18,7	-9,0	-10,7	-1,3	-10,3	1,8
Extracomunitárias	milhões €	4.047,1	3.545,2	4.173,5	4.324,0	3.538,0	3.895,2	3.462,1
	v. h. real (%)	12,1	-2,1	10,5	6,7	-2,0	3,4	19,8
<b>Centro</b>	milhões €	1.695,2	1.694,9	1.645,5	1.815,0	1.791,7	1.736,8	1.485,8
	v. h. real (%)	-7,3	-0,1	4,5	7,9	18,9	7,5	5,0
Intracomunitárias	milhões €	1.437,5	1.458,5	1.389,9	1.510,9	1.506,7	1.466,5	1.225,2
	v. h. real (%)	-6,5	3,1	8,1	11,0	19,1	10,1	1,2
Extracomunitárias	milhões €	257,7	236,4	255,6	304,1	285,0	270,3	260,7
	v. h. real (%)	-11,4	-16,0	-11,6	-5,2	18,0	-4,7	28,2
<b>Totais (intra + extracomunitárias)</b>								
Produtos animais	v. h. real (%)	-3,4	5,8	17,4	2,4	15,6	9,6	-1,3
Produtos vegetais	v. h. real (%)	-19,3	-10,3	-11,5	11,1	9,6	0,1	1,7
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	-2,3	9,2	2,2	-4,3	-4,7	0,6	-13,2
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	1,2	9,0	6,5	16,6	33,7	15,5	19,4
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	-7,6	-5,2	4,3	24,8	29,8	12,3	13,7
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	-32,7	-15,4	5,6	7,5	43,5	8,2	33,9
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	3,8	3,5	7,9	26,3	12,9	12,2	-2,1
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	-16,8	-2,2	-3,2	6,8	8,0	2,1	1,7
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	-16,5	-11,9	-14,9	-7,4	17,9	-4,5	0,0
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	-6,8	1,3	12,0	13,8	20,2	11,6	15,9
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	-0,5	-7,2	1,2	0,5	13,4	1,4	-8,5
Material de transporte	v. h. real (%)	0,9	1,4	-11,4	-4,9	6,2	-2,0	15,0

\* Os valores apresentados para 2010, 2011 e 2012 reportam-se a dados preliminares. Para o ano 2012 os dados são revistos trimestralmente.

## TURISMO

A atividade turística, apesar de continuar em quebra no primeiro trimestre de 2012, registou, no Centro de Portugal, uma evolução mais favorável do que no trimestre anterior, traduzida por uma melhoria na variação homóloga dos proveitos totais e de aposento e por um crescimento homólogo das dormidas.

Os hóspedes em estabelecimentos hoteleiros continuaram a apresentar um decréscimo homólogo, no primeiro trimestre de 2012. Contudo, enquanto que a nível nacional se registou um abrandamento desta variação, que se situou em -2,2%, no Centro de Portugal a redução homóloga foi um pouco mais acentuada do que a do quarto trimestre de 2011, fixando-se em -3,5% (Quadro 10).

No que respeita ao número de dormidas, em Portugal, também se observou um decréscimo homólogo mais ligeiro do que no trimestre anterior. Já na região registou-se uma ligeira recuperação, no primeiro trimestre de 2012, tendo as dormidas aumentado 0,2% face a igual período do ano anterior.

A evolução verificada nos hóspedes e dormidas conduziu a que, no primeiro trimestre de 2012, a estada média dos turistas em estabelecimentos hoteleiros tenha sido um pouco mais prolongada do que no período homólogo quer em Portugal (2,6 noites) quer no Centro (1,7 noites).

Em relação aos proveitos foi visível um agravamento dos decréscimos homólogos nos proveitos totais e nos proveitos de alojamento no país, no primeiro trimestre de 2012. No Centro de Portugal, apesar das variações homólogas se terem mantido mais negativas do que as nacionais, refletiram uma melhoria face à situação apresentada no trimestre anterior. Assim, os proveitos totais na região registaram uma diminuição de 9,9% e os proveitos de alojamento uma redução de 6,4%, face a igual período do ano anterior.

### 0,2%

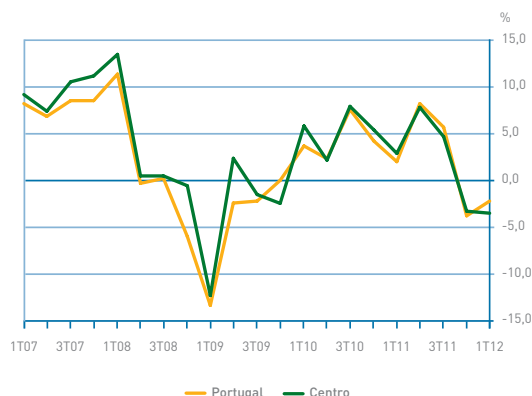
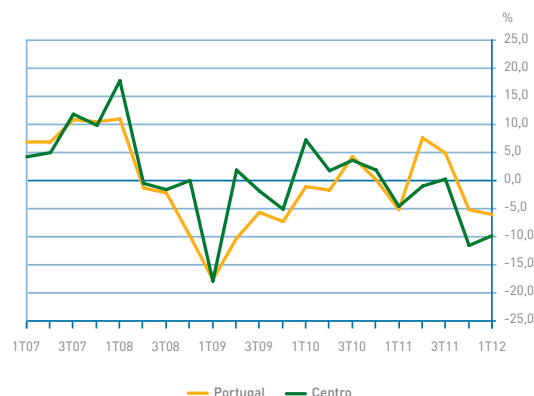
foi o crescimento homólogo das dormidas na região

### 9,9%

de quebra homóloga dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros

Quadro 10 – Turismo*		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	772	915	1.654	1.323	790	1.170	1.128
	v. h. (%)	-2,2	-3,8	5,7	8,2	2,1	3,8	4,7
Centro	milhares	124	153	257	204	128	186	180
	v. h. (%)	-3,5	-3,3	4,6	7,8	2,9	3,4	5,4
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	1.996	2.332	5.171	3.673	2.010	3.297	3.116
	v. h. (%)	-0,7	-1,3	6,4	12,3	2,0	5,8	2,6
Centro	milhares	207	269	510	367	206	338	324
	v. h. (%)	0,2	-1,1	6,5	7,9	1,1	4,4	3,7
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,6	2,5	3,1	2,8	2,5	2,8	2,8
Centro	n.º noites	1,7	1,8	2,0	1,8	1,6	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	89.109	114.651	255.148	175.194	91.714	159.177	150.628
	v. h. real (%)	-6,1	-5,2	4,8	7,5	-5,2	1,9	1,1
Centro	milhares €	9.287	12.568	23.431	16.639	9.961	15.650	15.641
	v. h. real (%)	-9,9	-11,5	0,2	-1,0	-4,5	-3,5	3,4
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	58.806	74.951	183.890	118.298	59.797	109.234	102.126
	v. h. real (%)	-4,9	-4,1	5,6	8,6	-3,4	3,2	1,6
Centro	milhares €	5.911	7.628	15.551	10.079	6.108	9.842	9.597
	v. h. real (%)	-6,4	-9,6	2,7	0,8	-1,3	-1,1	3,8

\* Os valores de 2011 e de 2012 correspondem a dados preliminares.

**Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e no Centro**  
(variação homóloga)**Proveitos totais**  
(variação homóloga real)

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

# -33,2%

de fogos licenciados na região comparativamente com o primeiro trimestre de 2011

# 5,9%

foi o crescimento homólogo real do crédito à habitação vencido

O setor da construção continuou em queda, no primeiro trimestre de 2012. No Centro de Portugal, comparativamente com o trimestre homólogo, foram licenciados e concluídos menos edifícios, registou-se um decréscimo real da avaliação bancária e do crédito à habitação e o incumprimento neste tipo de empréstimos agravou-se.

O licenciamento de edifícios acentuou, no primeiro trimestre de 2012, a evolução homóloga negativa que tem vindo a apresentar nos últimos trimestres (Quadro 11). Face ao trimestre homólogo, os edifícios licenciados registaram uma diminuição mais expressiva a nível regional (-16,6%) do que a nível nacional (-14,5%). No Centro de Portugal, esta variação resultou maioritariamente da redução no licenciamento de construções novas (-27,2%) e, especialmente, das destinadas à habitação familiar (-34,7%).

O número de edifícios concluídos foi, igualmente, inferior ao do primeiro trimestre de 2011. No país essa redução atingiu 22,9% e na região 21,8%. À semelhança do sucedido para o licenciamento, foi também ao nível das construções novas para habitação familiar que se registou o maior decréscimo homólogo (-26,8%), tendo os respetivos fogos evidenciado uma variação mais expressiva (-37,5%).

No primeiro trimestre de 2012, o índice que reflete os custos associados à manutenção e reparação regular da habitação aumentou, face ao trimestre homólogo, 3,2% no Continente e 4,1% no Centro de Portugal. Em ambos os casos manteve-se o abrandamento da subida dos preços que se tem vindo a verificar desde o segundo trimestre do ano anterior.

Já no que respeita aos empréstimos à habitação acentuou-se a tendência de decréscimo homólogo real, continuando as famílias portuguesas, em média, a evidenciar uma maior redução homóloga real dos empréstimos destinados à habitação (-5,6%) do que as famílias residentes no Centro (-5,3%).

Em relação ao crédito à habitação vencido, a evolução foi diferenciada nos dois territórios. Enquanto que a nível nacional se verificou uma inversão da variação, tendo-se observado um decréscimo homólogo real, no primeiro trimestre de 2012, na região acentuou-se o incumprimento no pagamento dos empréstimos à habitação, em termos reais, comparativamente com o período homólogo.

Quadro 11 – Construção e Habitação		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010	
		média trimestral							
Edifícios licenciados									
<b>Portugal</b>	n.º	5.637	5.855	6.129	6.458	6.593	6.259	6.951	
	v. h. (%)	-14,5	-8,4	-11,5	-12,1	-7,6	-10,0	-9,1	
<b>Centro</b>	n.º	1.792	1.816	1.869	2.027	2.148	1.965	2.189	
	v. h. (%)	-16,6	-11,7	-14,3	-12,1	-3,0	-10,2	-9,0	
	para habitação familiar	n.º	1.007	1.108	1.099	1.243	1.343	1.198	1.418
	v. h. (%)	-25,0	-14,6	-20,4	-20,6	-6,0	-15,5	-9,7	
	Construções novas – Edifícios	n.º	1.060	1.117	1.115	1.326	1.456	1.254	1.518
	v. h. (%)	-27,2	-21,8	-24,4	-20,7	-2,8	-17,4	-5,7	
	para habitação familiar	v. h. (%)	-34,7	-23,5	-27,8	-29,1	-7,2	-22,1	-6,6
Edifícios concluídos <sup>1</sup>									
<b>Portugal</b>	n.º	7.045	7.567	7.425	8.923	9.138	8.263	7.972	
	v. h. (%)	-22,9	-14,0	-10,9	18,0	27,1	3,7	-6,9	
<b>Centro</b>	n.º	2.297	2.480	2.403	2.852	2.937	2.668	2.484	
	v. h. (%)	-21,8	-12,4	-8,3	20,4	38,9	7,4	-4,2	
	para habitação familiar	n.º	1.626	1.794	1.830	2.129	2.187	1.985	1.849
	v. h. (%)	-25,7	-15,5	-6,7	21,4	40,3	7,3	-4,3	
	Construções novas – Edifícios	n.º	1.675	1.839	1.822	2.173	2.209	2.011	1.895
	v. h. (%)	-24,2	-14,6	-9,8	20,4	38,1	6,1	-5,4	
	para habitação familiar	v. h. (%)	-26,8	-17,2	-6,9	21,7	39,7	6,6	-4,8
Novos fogos para habitação familiar – Centro									
<b>Licenciados</b>	v. h. (%)	-33,2	-32,0	-36,3	-39,5	-33,6	-35,7	-0,3	
<b>Concluídos<sup>1</sup></b>	v. h. (%)	-37,5	-41,7	-23,9	5,8	43,6	-8,7	-2,8	
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação									
<b>Continente</b>	v. h. (%)	3,2	3,3	3,4	3,7	2,4	3,2	1,0	
<b>Centro</b>	v. h. (%)	4,1	4,3	4,9	5,3	3,9	4,6	2,3	
Empréstimos concedidos para habitação <sup>2</sup>									
<b>Portugal</b>	v. h. r. (%)	-5,6	-4,5	-3,3	-2,9	-1,4	-3,0	1,2	
<b>Centro</b>	v. h. r. (%)	-5,3	-4,3	-3,1	-2,7	-1,7	-3,0	1,0	
Crédito à habitação vencido <sup>2</sup>									
<b>Portugal</b>	v. h. r. (%)	-0,6	0,5	1,8	-2,9	10,2	1,9	15,8	
<b>Centro</b>	v. h. r. (%)	5,9	1,3	9,0	3,4	4,4	4,5	15,1	
Avaliação bancária da habitação									
<b>Portugal</b>	€/m <sup>2</sup>	1.056,7	1.084,7	1.107,7	1.143,7	1.141,0	1.119,3	1.155,8	
	v. h. r. (%)	-10,5	-7,8	-6,8	-5,7	-6,2	-6,6	-0,2	
<b>Centro</b>	€/m <sup>2</sup>	903,0	925,7	949,0	959,7	955,0	947,3	965,3	
	v. h. r. (%)	-8,6	-5,8	-4,7	-5,0	-5,8	-5,3	0,5	

<sup>1</sup> Os valores apresentados correspondem a dados provisórios estimados.

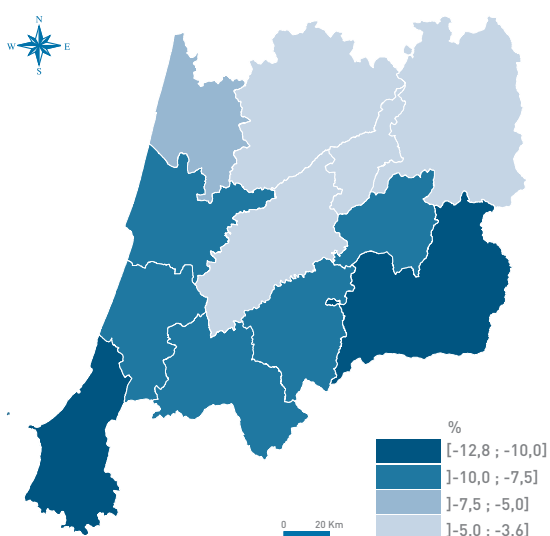
<sup>2</sup> Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

A avaliação bancária de imóveis para habitação continuou a apresentar um decréscimo homólogo real, no primeiro trimestre de 2012, acentuando a variação face aos valores dos trimestres anteriores. No país a diminuição (-10,5%) foi mais significativa do que na região (-8,6%). Também em todas as sub-regiões do Centro de Portugal foi registada uma redução homóloga real da avaliação da habitação efetuada pelas instituições bancárias. A variação mais significativa foi observada no Oeste (-12,8%) e a mais reduzida foi evidenciada pela Serra da Estrela (-3,6%).

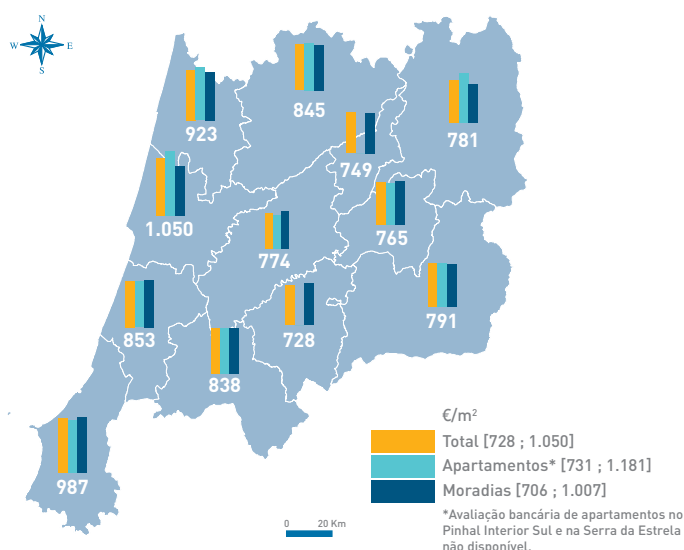


No Centro de Portugal, o decréscimo homólogo real da avaliação bancária da habitação, no primeiro trimestre de 2012, foi mais significativo ao nível dos apartamentos do que ao nível das moradias. Não obstante, os valores de avaliação das moradias (882€/m<sup>2</sup>) continuaram inferiores aos dos apartamentos (926€/m<sup>2</sup>). O Baixo Mondego, sub-região onde habitualmente as instituições bancárias atribuem maior valor aos apartamentos (e que, neste trimestre, atingiu 1.181€/m<sup>2</sup>), foi onde o diferencial entre a avaliação destas duas tipologias de habitação foi mais significativo. A avaliação bancária dos apartamentos foi inferior ao das moradias no Pinhal Interior Norte, no Oeste (onde as moradias atingiram o valor máximo ao nível regional, 1.007€/m<sup>2</sup>), na Cova da Beira, no Pinhal Litoral e no Médio Tejo.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2012



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2012



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

**3,8%**

foi a taxa de inflação homóloga na região e

**-20,8%**

foi a quebra homóloga real nas importações intracomunitárias de bens

O crescimento homólogo dos preços abrandou, no primeiro trimestre de 2012, tendo a taxa de inflação homóloga atingido 3,4% no país e 3,8% no Centro de Portugal. Já o consumo privado acentuou a retração evidenciada nos trimestres anteriores.

No primeiro trimestre de 2012, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou 3,4% em Portugal e 3,8% na região, por comparação com igual período do ano anterior (Quadro 12). Estas variações refletem um abrandamento no ritmo de crescimento homólogo dos preços. No Centro de Portugal, quase todas as classes evidenciaram variações positivas por comparação com o início de 2011. As classes que apresentaram os maiores acréscimos homólogos do nível de preços foram "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" (11,1%) e "Restaurantes e hotéis" (4,2%) muito em resultado da modificação ocorrida na taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que passou, na eletricidade, de 6% para 23%, em outubro de 2011, e, na restauração, de 13% para 23%, no início de 2012. A classe "Lazer, recreação e cultura" foi a única em que os preços variaram em sentido negativo, tendo sido registado um decréscimo homólogo de 0,5%.

Quadro 12 – Preços		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
<b>Portugal</b>	v. h. (%)	3,4	3,9	3,2	3,7	3,7	3,7	1,4
<b>Centro</b>	v. h. (%)	3,8	4,7	3,7	4,5	4,4	4,3	1,5
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,8	3,1	2,5	2,9	3,5	3,0	-0,3
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,6	5,8	7,5	9,1	7,5	7,5	4,7
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,5	2,5	-5,8	1,1	-4,1	-1,4	0,1
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	11,1	11,5	6,1	7,0	8,2	8,2	6,3
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,3	1,5	1,8	1,3	0,5	1,3	0,6
Saúde	v. h. (%)	3,5	7,0	5,3	3,5	3,4	4,8	-1,8
Transportes	v. h. (%)	3,9	6,9	7,7	9,1	9,9	8,4	4,2
Comunicações	v. h. (%)	0,2	2,1	2,4	3,8	3,4	2,9	-2,0
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,5	-0,1	0,4	0,8	0,8	0,5	0,2
Educação	v. h. (%)	1,9	1,8	0,9	0,9	0,9	1,1	1,2
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	4,2	1,4	1,8	1,9	1,9	1,7	0,9
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,1	1,9	2,6	2,7	2,1	2,3	0,1

O primeiro trimestre de 2012 foi ainda marcado pelo acentuar da quebra no consumo privado dos agentes, tal como evidencia a evolução dos indicadores constantes no Quadro 13. Efetivamente, das sete variáveis analisadas, a maioria registou uma variação homóloga mais pronunciada do que a observada no trimestre anterior, salientando-se, no Centro de Portugal, a diminuição constatada ao nível das importações intracomunitárias de bens de consumo (-20,8%). Apenas os levantamentos em caixas automáticos, as compras em terminais de pagamento automático e ainda as chegadas nacionais de bens de consumo, apresentaram decréscimos homólogos reais menos acentuados do que no trimestre anterior.

Quadro 13 – Consumo Privado		1T12	4T11	3T11	2T11	1T11	2011	2010
		média trimestral						
Importações intracomunitárias (chegadas) de bens de consumo <sup>1</sup>								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-8,2	-12,6	-7,5	-9,7	-8,4	-9,6	-4,5
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-20,8	-5,1	-6,3	-3,3	-0,9	-3,9	-4,7
Receitas de cinema								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-11,9	-3,8	-9,9	21,4	-22,8	-6,2	9,9
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-15,8	0,2	-12,5	30,7	-26,4	-5,7	10,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins <sup>2</sup>								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-11,8	-11,5	-8,6	-7,9	-6,8	-7,7	-1,8
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-12,4	-11,8	-8,3	-8,1	-6,3	-7,7	-1,9
Crédito vencido para consumo e outros fins <sup>2</sup> (em percentagem do crédito concedido)								
<b>Portugal</b>	%	10,8	10,5	10,1	9,2	8,6	9,6	8,1
<b>Centro</b>	%	9,9	9,4	9,1	8,5	8,0	8,8	7,6
Levantamentos em caixas automáticos								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-3,7	-6,3	-4,2	-3,9	-4,0	-4,6	1,7
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-2,5	-5,4	-3,6	-3,7	-3,2	-4,0	0,9
Pagamentos em caixas automáticos								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-2,3	-1,9	-0,6	-0,9	-1,0	-1,1	0,9
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-1,2	0,4	0,7	1,6	1,0	0,9	-0,6
Compras em terminais de pagamento automático								
<b>Portugal</b>	v. h. real (%)	-4,9	-8,5	-2,8	2,7	0,1	-2,4	11,8
<b>Centro</b>	v. h. real (%)	-4,1	-6,9	-1,8	3,3	1,9	-1,2	15,8

<sup>1</sup> As importações intracomunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.

<sup>2</sup> Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

## POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

### 4,9mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

### 39,6%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de março de 2012

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no final de março de 2012 encontravam-se aprovados mais de 15 mil projetos de investimento no Centro de Portugal, que se traduziam num investimento total de 9,4 mil milhões de euros e 4,9 mil milhões de euros de fundos comunitários aprovados. O valor de fundos comunitários QREN aprovados na região, até esta data, alavancava um valor de investimento total previsto de cerca do dobro.

Neste mesmo período, no Programa Operacional Regional – Mais Centro, tinham sido aprovadas 2.796 operações que representavam uma comparticipação de FEDER de 1,5 mil milhões de euros. A taxa de execução do Mais Centro atingiu 39,6% da dotação total dos fundos prevista executar até ao final de 2015, ou seja, mais do dobro da taxa de execução de março de 2011. O Mais Centro mantinha, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

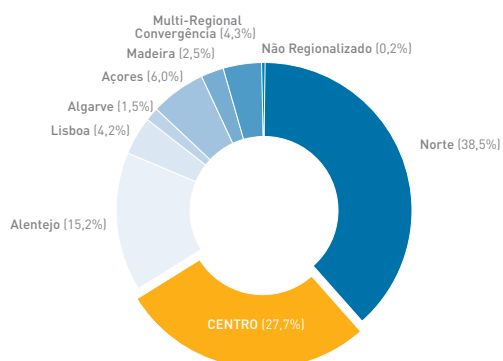
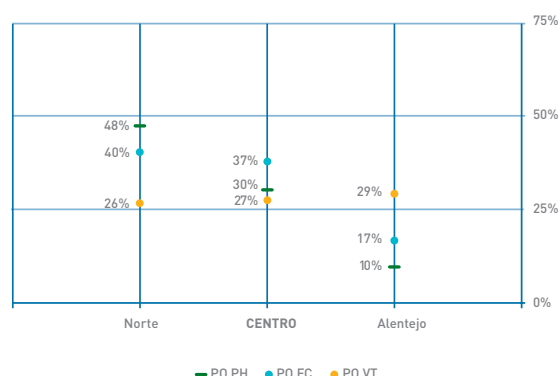
O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

Até ao final de março de 2012, o Centro de Portugal concentrava 27,7% do total de fundos comunitários (FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu) aprovados no âmbito do QREN. Cerca de 81% destes fundos respeitavam a projetos localizados nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo), mantendo-se o Centro como a segunda maior beneficiária do país.

Relativamente aos fundos comunitários aprovados por programa operacional temático do QREN, verificava-se que o Centro evidenciava, face ao total nacional, um maior peso no PO FC (37%) do que no PO PH (30%) e no PO VT (27%). Em conjunto, as três regiões de convergência concentravam 93% dos fundos comunitários aprovados no PO FC, 88% no PO PH e 82% no PO VT. De destacar o elevado peso destas regiões em termos de fundo aprovado no PO FC.

**Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região**  
(31 de março de 2012)**Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos**  
(31 de março de 2012)

Até ao final do primeiro trimestre de 2012, foram aprovadas 15.388 operações no Centro de Portugal, no âmbito do QREN. Estes projetos de promotores na região envolviam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,9 mil milhões de euros.

As operações aprovadas na região, por Programa Operacional do QREN, à data de 31 de março de 2012, concentravam-se, maioritariamente, no Mais Centro e no PO PH, representando 30,6% e 29,7% do total de fundos comunitários aprovados.

O QREN continuava a alavancar na região um investimento potencial total de cerca do dobro do valor dos fundos comunitários aprovados, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de dois euros. Verificava-se também que o investimento total previsto em projetos financiados pelo PO FC no Centro tem gerado um efeito multiplicador muito mais forte e que, no final de março de 2012, era de 3,5.

No Programa Operacional Regional - Mais Centro, até 30 de Junho de 2011, tinham sido aprovadas 2.796 operações individuais que correspondiam a um investimento total de 2,4 mil milhões de euros na região e a uma comparticipação de fundo comunitário FEDER de 1,5 mil milhões de euros. O valor de FEDER aprovado pelo Mais Centro aumentou cerca de 62 milhões de euros face ao valor que se encontrava aprovado no final de 2011.

**Quadro 14 – O QREN no Centro de Portugal**  
(até 31 de março de 2012)

		CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	15.388	2.796	8.320	1.950	2.322
Investimento (custo) total	milhões €	9.373	2.371	2.080	3.613	1.310
	% do total nacional	30,0	21,7	29,6	44,9	25,5
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.394	2.059	2.080	3.062	1.193
	% do total nacional	29,9	22,4	29,6	44,4	26,5
Fundo comunitário	milhões €	4.876	1.491	1.446	1.039	900
	% do QREN (total) da região	100,0	30,6	29,7	21,3	18,5
	% do total nacional	27,7	22,9	29,7	37,0	26,9

No Mais Centro, a despesa validada de FEDER ascendeu a 673,8 milhões de euros e os pagamentos aos beneficiários a 691,4 milhões de euros, ou seja, mais 83,3 milhões de euros e 78,3 milhões de euros, respetivamente, do que no final de 2011. Os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro continuavam superiores ao valor da despesa validada de fundo comunitário devido ao valor dos adiantamentos.

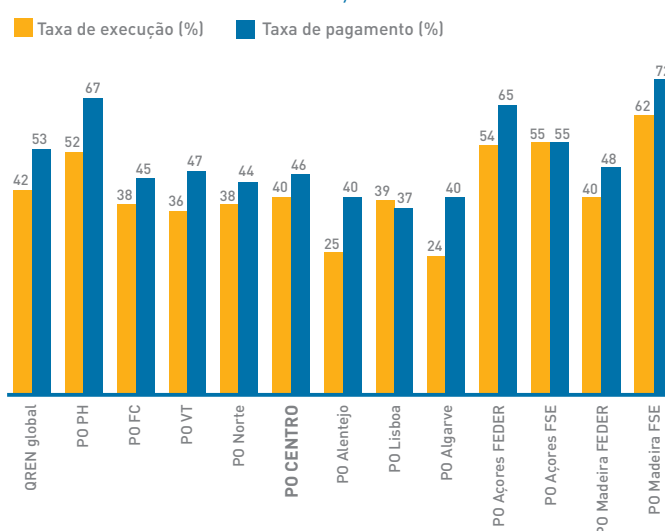
Até ao final do primeiro trimestre do ano, 87,6% das verbas do Mais Centro estavam comprometidas para financiar projetos aprovados neste Programa (mais 3,7 p.p. do que em final de 2011 e mais 23,6 p.p. do que em final do trimestre homólogo).

A taxa de execução do Mais Centro (relação entre o FEDER validado e o FEDER programado) atingiu 39,6% da dotação total de FEDER prevista executar até ao final de 2015, no final de março de 2012 (mais do dobro da registada em final de março de 2011). A taxa de execução do Mais Centro mantinha-se assim acima da registada pelos diferentes PO regionais do Continente (média de 36%) e distava 2,5 p.p. da taxa de execução global do QREN (42,1%). Este indicador voltou a crescer a um ritmo bastante satisfatório, tendo aumentado 4,9 p.p. face ao final de 2011.

A região encontrava-se também muito bem posicionada no que respeita à taxa de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e à taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro, registando, nesta data, os valores mais elevados entre as regiões de convergência do Continente (45,2% e 46,4%, respetivamente).

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		março 2012	dezembro 2011	setembro 2011	junho 2011	março 2011
<b>Execução Financeira</b>						
<b>Despesa validada</b>						
Investimento (custo) elegível	milhões €	898,0	793,2	659,9	554,0	454,4
Fundo comunitário	milhões €	673,8	590,5	486,6	405,3	325,9
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	691,4	613,1	499,6	416,7	336,9
<b>Indicadores financeiros</b>						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	87,6	83,9	80,2	72,7	64,0
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	39,6	34,7	28,6	23,8	19,2
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	45,2	41,3	35,7	32,7	29,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	46,4	42,9	36,6	33,7	31,0
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,6	103,8	102,7	102,8	103,4

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional  
(31 de março de 2012)

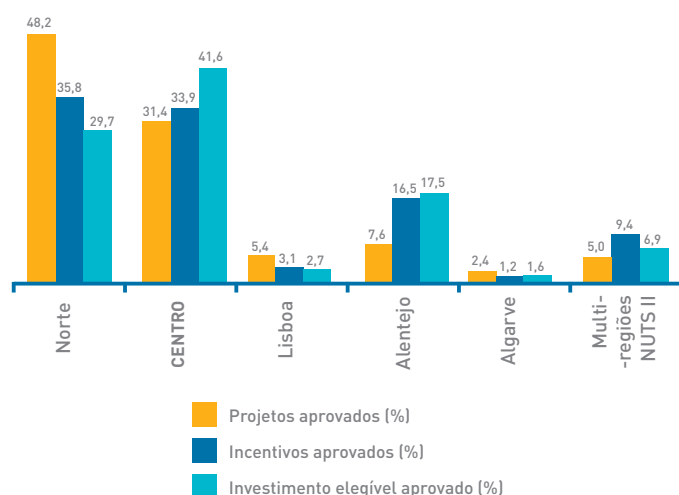


O Centro de Portugal tem evidenciado um comportamento muito positivo na Agenda temática da Competitividade, no âmbito do QREN (nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos), demonstrando que a região tem uma dinâmica de investimento empresarial forte. No final de março de 2012, encontravam-se aprovados nos Sistemas de Incentivos 1.797 projetos de empresários na região financiados pelo Mais Centro e pelo PO FC, traduzindo-se num investimento elegível de 3 mil milhões de euros e um incentivo de quase mil milhões de euros (mais concretamente 976 milhares de euros). Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos, no país, as aprovações regionais representavam 41,6% do total de investimento elegível e 33,9% do total de incentivo aprovados.

Ao contrário das regiões Norte, Lisboa e Algarve, o peso dos incentivos às empresas aprovados no Centro era superior ao peso do número de projetos apoiados, o que indicava uma dimensão média elevada em termos do montante de incentivo envolvido em cada projeto.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos apenas no âmbito do Mais Centro, até ao final de março de 2012, estavam aprovados 1.149 projetos respeitantes a intenções de pequenas e médias empresas, aos quais correspondia 496 milhões de euros de investimento elegível, 302 milhões de euros de incentivos aprovados e 114 milhões de euros de execução de fundo comunitário. Em termos de realizações, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 883 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 153 são novas empresas/*start-up* e 78 são novas empresas/*start-up* de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

**Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de março de 2012)**



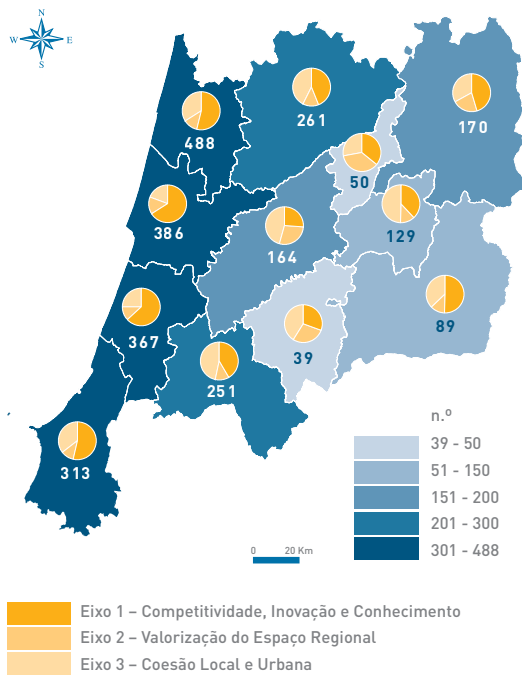
As sub-regiões com maior número de operações aprovadas e de âmbito regional definido, à data de 31 março de 2012, eram as que se encontravam localizadas na faixa litoral do Centro de Portugal: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste. Estas quatro sub-regiões concentravam 57% do número total de operações aprovadas no âmbito do Mais Centro. As sub-regiões Médio Tejo e Dão-Lafões também têm registado valores importantes. No que respeita ao fundo comunitário aprovado para estas operações, estes seis territórios infra-regionais (metade das NUTS III da região) também mereciam destaque, uma vez que concentravam 74% do valor total de fundo comunitário aprovado no Programa Regional.

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários<sup>21</sup>, observava-se uma maior concentração de FEDER aprovado nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Coesão local e urbana (eixo 3). Era também num destes dois eixos que se registava o maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da região, com exceção da Beira Interior Norte em que a Valorização do espaço regional (eixo 2) assumia maior importância.

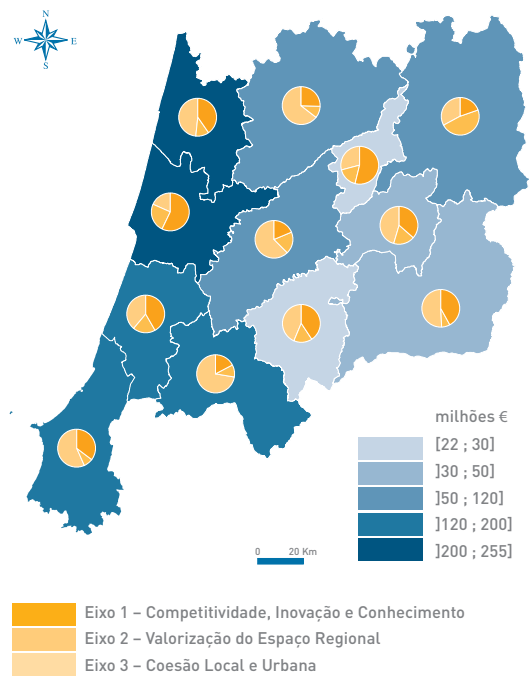
No final do primeiro trimestre de 2012, o fundo comunitário aprovado, relativizado quer pela população residente quer pelo número de operações aprovadas, evidenciava a relevância da Beira Interior Norte, do Médio Tejo e do Baixo Mondego.

<sup>21</sup> Os eixos prioritários em que se encontra estruturado o Mais Centro sofreram alterações após a reprogramação do Programa, submetido à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovado em meados de dezembro de 2011 (tal como referido na nota introdutória deste capítulo).

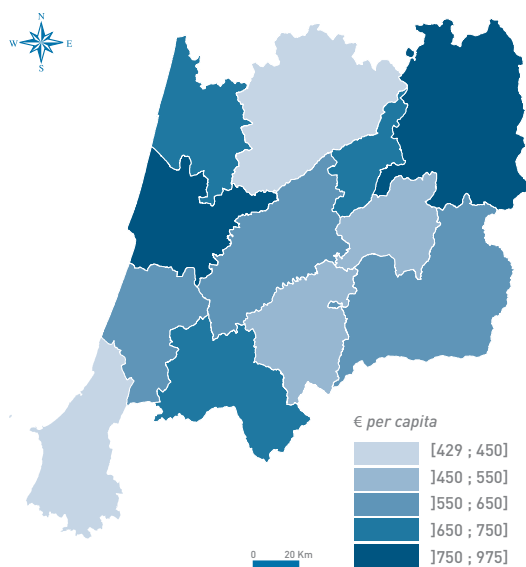
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro  
 (31 de março de 2012)



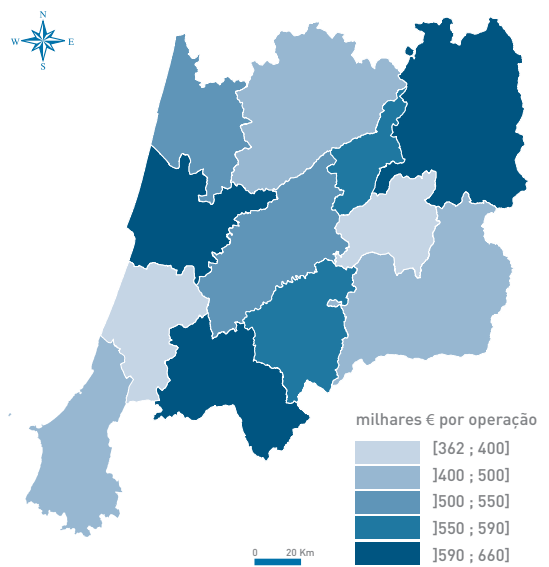
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de março de 2012)



Fundo comunitário aprovado *per capita* no âmbito do Mais Centro  
 (31 de março de 2012)



Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro (31 de março de 2012)



# PROJETO ACTION

## AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PARA A INOVAÇÃO E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO



UNIÃO EUROPEIA  
FEDER

Investimos no seu futuro

Enquadrado no Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP 2007 – 2013), o projeto ACTION (**Ações de Cooperação Transfronteiriça para a Inovação e Oportunidades de Negócio**) pretendeu reforçar a cooperação transfronteiriça empresarial, potenciando a afirmação das regiões Centro de Portugal e Castela e Leão de Espanha como territórios de inovação.

Este projeto, com um investimento elegível aprovado de 1.529 milhares de euros e uma comparticipação do FEDER de 1.147 milhares de euros, foi liderado pelo Conselho Empresarial do Centro (CEC) e teve ainda como parceiros o Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (PARKURBIS), a Universidade da Beira Interior (UBI), a Agência de Investimento da Região de Castela e Leão (ADE), a Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH), a Fundação Parque Científico da Universidade de Salamanca e a Fundação Parque Científico da Universidade de Valladolid.

Os seus principais objetivos eram:

- a) Incrementar a cooperação empresarial transfronteiriça entre empresas dos clusters dos transportes/distribuição/logística e agro-alimentar/indústria das Regiões Centro de Portugal e Castela-Leão, bem como entre estas e as empresas a montante e jusante da cadeia de valor, clientes, fornecedores e parceiros;
- b) Afirmar a competitividade e imagem desses clusters nos territórios de intervenção;
- c) Incrementar a cooperação institucional entre as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico das Regiões Centro de Portugal e Castela-Leão;
- d) Potenciar a transferência de saberes e tecnologia das Entidades do Sistema Científico e Tecnológico para as empresas dos clusters alvo;
- e) Incrementar o patamar de digitalização das empresas;
- f) Estimular a ascensão na cadeia de valor de actividades regionais motoras e estratégicas, pela introdução de dinâmicas de inovação, incorporação de tecnologia, organização e comercialização;
- g) Criar uma rede transfronteiriça de agentes promotores de cooperação.



O projeto estava organizado em 4 atividades: constituição da rede de cooperação (consolidação da parceria e formação de uma rede de agentes dinamizadores de cooperação empresarial e de cooperação entre empresas e Centros de Saber); promoção e seleção (sensibilizar as empresas dos clusters-alvo dos territórios de intervenção para a importância da cooperação empresarial e ligação ao sistema científico e tecnológico e selecionar empresas para participação nas ações do projeto); constituição e implementação de círculos de cooperação, desenvolvimento de planos estratégicos para a cooperação empresarial e digital e implementação dos círculos de cooperação; e acompanhamento e avaliação.

A execução do projeto ACTION decorreu entre Janeiro de 2009 e Abril de 2012, sendo de destacar os seguintes resultados:

- realização de diagnósticos e planos estratégicos de cooperação empresarial e digital de 65 empresas (40 de Castilla y León e 25 da Região Centro);
- organização de umas jornadas de cooperação com aquelas empresas que se traduziu num total de 1600 contactos empresariais (speed networking);
- realização de sete seminários e eventos de informação e cooperação empresarial;
- elaboração de um catálogo de Agro-Alimentar Centro-Castela e Leão;
- construção de uma plataforma ([www.plataformaaction.com](http://www.plataformaaction.com)) de cooperação para os clusters transportes/logística/distribuição e agroindústria/alimentar. Trata-se de um espaço de promoção, informação e contacto entre empresas, possibilitando gerar novas oportunidades de negócios;

#### Empresas participantes no projeto por região

	Agroalimentar	Logística	Total
Ávila	1	0	1
León	3	0	3
Salamanca	13	5	18
Valladolid	8	2	10
Zamora	7	1	8
Beira Interior Norte	10	0	10
Beira Interior Sul	5	1	6
Cova da Beira	6	0	6
Dão-Lafões	0	2	2
Pinhal Interior Sul	1	0	1
<b>Castilla y León</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>40</b>
<b>Centro de Portugal</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>25</b>
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>11</b>	<b>65</b>

Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas em: [www.projectoaction.com](http://www.projectoaction.com)

# DINÂMICAS REGIONAIS NO CENTRO DE PORTUGAL

## O CONTRIBUTO DO DATACENTRO NO ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS DO CENTRO DE PORTUGAL

### DataCentro: informação da região para a região

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) disponibilizou, em Dezembro de 2011, a plataforma *DataCentro – Informação para a região* (<http://datacentro.ccdrc.pt>), um sistema integrado de informação da região para a região, que vem dar resposta à necessidade de observação das dinâmicas regionais, de consolidar o sistema de monitorização e avaliação da situação da região e de assegurar a existência de um sistema regional de informação estatística. Trata-se de um serviço público gratuito, único no contexto regional, de fácil utilização e direccionado para um público-alvo diversificado, que possibilita a partilha e o acesso à informação por outras entidades, sem custos de manutenção e sem o ónus da sua atualização.

Ao integrar informação e conhecimento sobre a região proveniente de várias fontes, fomentará um conhecimento mais aprofundado da região, facilitará a sua monitorização e potenciará o acompanhamento das dinâmicas regionais. Esta plataforma marca também o início da divulgação de forma integrada e sistematizada de alguma da informação que a CCDRC produz ou possui ao nível do ambiente, das finanças locais, da fiscalização e do ordenamento e gestão do território. Este projeto apresenta assim, no contexto regional, um carácter inovador, constituindo uma plataforma de suporte a políticas sustentadas de desenvolvimento regional e local, e vem preencher uma lacuna existente, uma vez que, a esta escala, não existia um repositório de informação tão abrangente e acessível de forma gratuita, transparente e permanentemente atualizada.

### Sistema de informação com mais de 800 indicadores estatísticos regionais

Tendo como denominador comum o Centro de Portugal, o DataCentro integra mais de 800 indicadores estatísticos sobre várias temáticas, provenientes de diversas fontes de informação, privilegiando, sempre que possível, a construção de séries temporais. Os dados encontram-se disponíveis para diferentes níveis de desagregação geográfica e nomenclaturas territoriais: região Centro de Portugal, respetivos municípios e sub-regiões NUTS III; Portugal, Continente e regiões NUTS II; países europeus e respetivas regiões NUTS II europeias. Os indicadores têm periodicidades variáveis em função da sua disponibilidade (trimestral, anual, decenal, entre outras). Todos os dados estatísticos são complementados por informação relevante para a sua compreensão, designada por metainformação, que integra fontes, conceitos, notas explicativas, documentos de análise, classificações, legislação, entre outros.

Os conteúdos da plataforma informática DataCentro encontram-se organizados em cinco grandes domínios: Centro, QREN, Conjuntura, Europa e CCDRC (quadro 1).



**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

Indicador	Valor	Unidade	Período	Fonte
Produto Interno Bruto	10000000000	€	2011	INEC
População residente	1000000	habitantes	2011	INEC
Emprego	100000	empregados	2011	INEC
Desemprego	10000	desempregados	2011	INEC
Investimento em capital fixo	1000000000	€	2011	INEC
Consumo interno bruto	10000000000	€	2011	INEC
Exportações	1000000000	€	2011	INEC
Importações	1000000000	€	2011	INEC
Saldo das trocas comerciais	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de pagamentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de serviços	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de bens	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de rendimentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de investimentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações correntes	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de capital	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de serviços	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de bens	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de rendimentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de investimentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de serviços	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de bens	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de rendimentos	1000000000	€	2011	INEC
Saldo da balança de transações de investimentos	1000000000	€	2011	INEC

Quadro 1 – Distribuição do número de indicadores por domínios

Domínios	N.º de indicadores
Centro	295
QREN	182
Conjuntura	53
Europa	63
CCDRC	215
<b>Total</b>	<b>808</b>

No domínio “Centro” apresentam-se indicadores de caracterização da região e de contextualização face às restantes regiões portuguesas relativos a território e povoamento, conhecimento e mercado de trabalho, desempenho económico e internacionalização, especialização e sistema produtivo, inovação e coesão social (quadro 2). A informação é apresentada para o Centro de Portugal e, sempre que possível, para as suas sub-regiões NUTS III e respetivos municípios, podendo ser comparada com os valores de Portugal, do Continente e das restantes regiões NUTS II portuguesas.

Quadro 2 – Temas e subtemas do domínio “Centro”

Temas	Subtemas
Território e povoamento	Estrutura territorial
	População
	Mobilidade e transportes
	Parque habitacional
	Ambiente
	Estrutura territorial
Conhecimento e mercado de trabalho	Qualificação
	Educação
	Mercado de trabalho
Desempenho económico e internacionalização	Desempenho económico
	Comércio internacional
Especialização e sistema produtivo	Especialização produtiva
	Empresas
	Agricultura e pescas
	Energia
	Construção
	Turismo
Inovação	Propriedade industrial
	Investigação & Desenvolvimento
	Sociedade da informação
Coesão social	Proteção social
	Saúde
	Segurança
	Impostos
	Cultura
	Proteção social

No domínio “QREN” apresentam-se os indicadores de acompanhamento dos efeitos do QREN na região, seja relativamente ao impacto do Programa Operacional Regional – o “Mais Centro” – ou dos restantes Programas Operacionais na região, e ainda alguns indicadores de contexto do QREN. A informação de acompanhamento dos efeitos do

QREN tem uma periodicidade trimestral e é disponibilizada para o Centro de Portugal. Os indicadores de contexto, de periodicidade anual, são apresentados para a região e suas sub-regiões NUTS III.

No domínio “Conjuntura” são apresentados indicadores trimestrais de acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, empresas, comércio internacional, turismo, construção e habitação e preços e consumo privado. Estes dados encontram-se disponibilizados para a região NUTS II Centro e para Portugal, permitindo assim enquadrar a tendência regional face à nacional.

O domínio “Europa” permite contextualizar o Centro de Portugal face às restantes regiões europeias e países europeus, estando disponíveis indicadores estruturais, índices sintéticos e indicadores relativos à Estratégia Europa 2020.

Finalmente, no domínio “CCDR” estão refletidas as principais atividades decorrentes das atribuições e competências da CCDRC e da sua interação com outros atores regionais em termos de ambiente, finanças locais, fiscalização, ordenamento e gestão do território (quadro 3). Também neste domínio, sempre que possível, divulga-se informação a nível municipal, sendo todos os indicadores de periodicidade anual.

Quadro 3 – Temas e subtemas do domínio “CCDR”

Temas	Subtemas
Ambiente	Qualidade do ar
	Emissões atmosféricas
	Avaliação ambiental
	Licenciamento de atividades económicas
	Resíduos
Finanças locais	Dados orçamentais
Fiscalização	Infrações
	Reclamações
Ordenamento e gestão do território	Instrumentos de gestão territorial
	Reserva Ecológica Nacional
	Consultas em razão de localização (SIRJUE)

## Partilha da informação por outras entidades: uma potencialidade inovadora

O DataCentro apresenta diversas funcionalidades e potencialidades, de entre as quais se destacam:

- Os indicadores estatísticos podem ser conjugados à medida das necessidades do utilizador através da construção de tabelas personalizadas ou consultados em tabelas predefinidas temáticas disponíveis em cada domínio.
- O utilizador pode alterar a disposição das tabelas construídas para facilitar a leitura da informação.
- Selecionando a opção “zoom territorial”, o utilizador tem a possibilidade de obter toda a informação existente num determinado domínio sobre um território à sua escolha.
- Após a construção das tabelas, o utilizador tem a possibilidade de as exportar para excel, imprimir, enviar por e-mail ou gerar links para consultas futuras.
- Possibilidade de pesquisar unidades territoriais, indicadores e metainformação.
- Plataforma disponível em soluções tecnológicas para PC e Tablet, numa versão simplificada para dispositivos móveis iPad (iDataCentro – informação para a região) e futuramente para sistemas móveis baseados em Android.



- Possibilidade de entidades externas à CCDRC acederem e partilharem livremente informação do DataCentro, sem custos de manutenção e sem o ónus da sua atualização. Esta potencialidade permitirá que atores regionais e locais como Câmaras Municipais, Universidades, associações empresariais, entre outras, possam disponibilizar nos seus sites informação do DataCentro numa lógica de dados abertos (OpenGov/Opendata).

Encontra-se em desenvolvimento o módulo de visualização da informação estatística sob a forma de cartogramas.

## Conhecer a região para melhor planear e decidir

A CCDRC, organismo desconcentrado do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUTS II Centro de Portugal<sup>22</sup>, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. No quadro destas atribuições e competências, a CCDRC produz e/ou acede a informação relevante nas áreas do ambiente, finanças locais, fiscalização, ordenamento e gestão do território. Ciente da importância de disponibilizar informação nestas áreas, a CCDRC está a desenvolver um trabalho de recolha e sistematização de alguns elementos, que vão sendo disponibilizados no DataCentro e que contribuirão para um conhecimento mais aprofundado da região. Analisemos, então, alguns dos indicadores estatísticos decorrentes da atividade da CCDRC que se encontram disponíveis no DataCentro.

### Ambiente

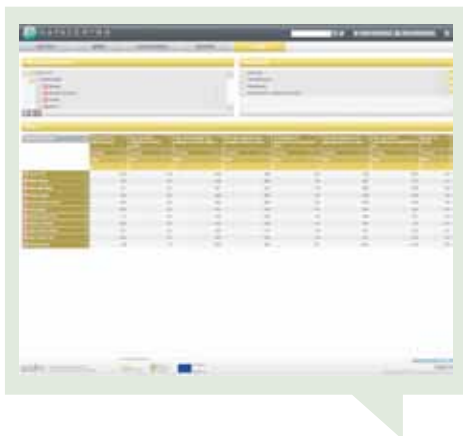
Na grande diversidade de competências que a CCDRC assegura no domínio do ambiente, algumas delas refletidas no DataCentro, integra-se a realização, para cada ano civil, do inventário regional de emissões de poluentes atmosféricos. Este inventário proporciona um conhecimento da realidade das emissões gasosas na região e traduz-se numa ferramenta imprescindível no controlo da qualidade do ar. No DataCentro é possível encontrar informação quantitativa ao nível do município das emissões dos poluentes atmosféricos mais significativos.

Analisando as emissões anuais de dióxido de carbono por quilómetro quadrado em 2010, verifica-se que o valor médio do Centro de Portugal se cifrou nas 448 toneladas por quilómetro quadrado. Este valor resulta, no entanto, de fortes assimetrias a nível municipal. De facto, 65 dos 77 municípios da região geraram emissões abaixo da média, sendo apenas 12 os municípios responsáveis por emissões acima da média regional. Cerca de 50% dos municípios não atingiram sequer as 19 toneladas/ano por quilómetro quadrado. A Figueira da Foz era o município com mais emissões de dióxido de carbono por quilómetro quadrado, sendo responsável por 46% do volume total de emissões de dióxido de carbono da região, o que se deve sobretudo às centrais termoelétricas aí instaladas (em Lares e Lavos) e à indústria da pasta de papel. Seguem-se os municípios de Aveiro, Coimbra e Estarreja, municípios do litoral da região e onde a indústria, sobretudo cimenteira, cerâmica, de pasta de papel e papel, assume particular relevância.

Em termos de partículas totais em suspensão<sup>23</sup>, verificou-se que o Centro de Portugal foi responsável, em 2010, por uma emissão anual de 2.536 toneladas, tendo este valor diminuído 10% face ao ano anterior, o que revela uma melhoria significativa do desempenho ambiental das instalações sujeitas a monitorização. A distribuição municipal das emissões de partículas apresentava-se algo assimétrica, estando tendencialmente mais concentrada nos municípios do litoral (figura 1). Os municípios com maiores emissões de partículas eram a Figueira da Foz (9%), Aveiro, Águeda e Pombal (cada um deles responsável por 8% das emissões da região), Vila Velha de Ródão (7%), Anadia e Estarreja (ambos com 6%), Mangualde, Leiria e Coimbra (cada um deles responsável por 5% das emissões regionais), sendo a sua origem predominantemente industrial, de variados setores de atividade. Alguns municípios não apresentavam emissões deste poluente: Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Manteigas, Oleiros, Pampilhosa da Serra e Penamacor.

<sup>22</sup> De acordo com a Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto, a área de intervenção da CCDRC (exceto no que se relaciona com a aplicação de fundos estruturais) é composta por 77 municípios.

<sup>23</sup> Este tipo de poluente, que se mantém suspenso na atmosfera, por exemplo sob a forma de poeiras, acima de determinados limites, pode causar problemas de saúde, danos à vegetação, deterioração da visibilidade e contaminação do solo.

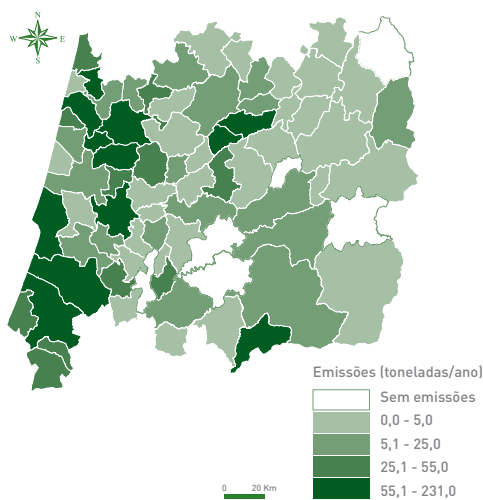


A CCDRC exerce também competências relativas ao licenciamento, controlo e monitorização de operações de recolha, triagem, armazenagem, valorização e eliminação de resíduos.

Em 2010, no Centro de Portugal, a produção de resíduos industriais ascendeu a 515 milhões de toneladas, sendo 98,5% produzidos no município da Marinha Grande (decorrentes, sobretudo, das indústrias de moldes que assumem particular significado neste território). Este volume de resíduos correspondia quase na totalidade a resíduos não perigosos (99,9%). O volume de resíduos perigosos, que no total da região, representava apenas 0,1%, ascendeu a cerca de 440 mil toneladas, sendo os municípios de Leiria e Aveiro os principais produtores de resíduos perigosos (28% e 21% do total regional, respetivamente). Dos 77 municípios que integram a região, 60 apresentavam uma produção de resíduos não perigosos acima de 80% e, destes, 36 encontravam-se acima dos 95% (figura 2). Os municípios com menor produção relativa de resíduos não perigosos eram Penacova, Castanheira de Pera, Vila Nova de Paiva e Trancoso. Estes valores são, no entanto, bastante condicionados pela reduzida estrutura industrial produtiva, a par de atividades como, por exemplo, a descontaminação e desmantelamento de veículos em fim de vida, onde parte significativa dos resíduos é considerada perigosa. De salientar ainda que apesar da produção relativa de resíduos perigosos a nível municipal ser algo expressiva, no contexto da região torna-se praticamente insignificante.

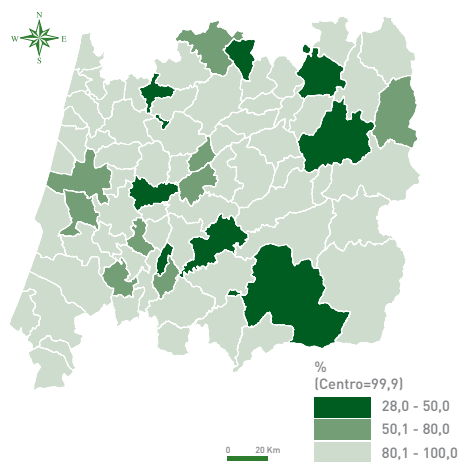
Ainda ao nível dos resíduos mas analisando agora as infraestruturas de tratamento, verificava-se que, em 2010, existiam no Centro de Portugal 11 infraestruturas de tratamento de resíduos: nove aterros de resíduos não perigosos, sete dos quais de resíduos sólidos urbanos e dois de resíduos industriais, um centro de compostagem e uma central de valorização orgânica. O panorama sub-regional era, no entanto, bastante diversificado (figura 3). Por um lado, existiam sub-regiões sem qualquer infraestrutura de tratamento de resíduos, como é o caso da Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Por outro lado, o Pinhal Litoral (mais concretamente o município de Leiria) detinha 27% das infraestruturas regionais de tratamento de resíduos, localizando-se neste território dois aterros (um de resíduos sólidos urbanos e outro de resíduos não perigosos) e a única central de valorização orgânica da região (que transforma resíduos sólidos urbanos em energia elétrica e fertilizante agrícola). De destacar ainda o centro de compostagem da Cova da Beira, localizado no município do Fundão, única infraestrutura desta tipologia na região.

Figura 1 – Emissões atmosféricas de partículas no Centro de Portugal em 2010



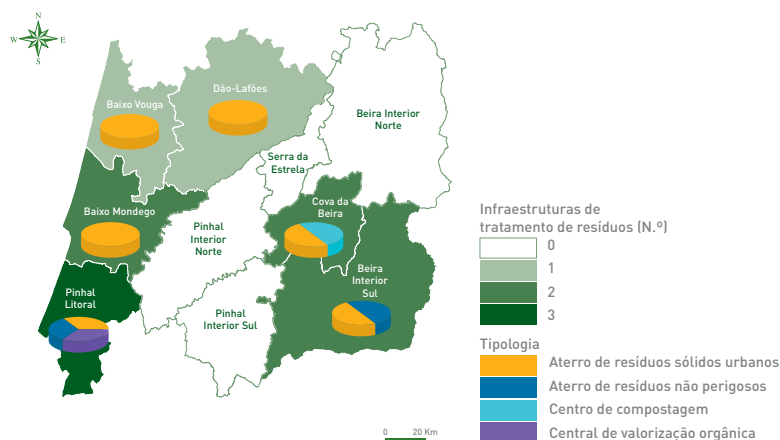
Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Figura 2 – Proporção de resíduos industriais não perigosos produzidos no Centro de Portugal em 2010



Cálculos próprios a partir de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Figura 3 – Infraestruturas de tratamento de resíduos nas sub-regiões do Centro de Portugal em 2010



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

## Finanças locais

No âmbito das suas competências em matéria de acompanhamento e análise da situação económico-financeira dos municípios, a CCDRC procede à verificação e validação dos documentos previsionais e dos documentos de prestação de contas dos 77 municípios que integram a sua área de atuação. De entre os diversos indicadores de execução e previsão disponibilizados no DataCentro, apresentam-se resultados da análise de alguns indicadores construídos a partir dos orçamentos dos municípios enviados à CCDRC. O orçamento, peça contabilística previsional, permite evidenciar todos os recursos que a autarquia prevê arrecadar para financiamento das despesas que pretende realizar.

O indicador “Peso do FEF no total das receitas” permite aferir o grau de dependência do município relativamente ao Orçamento de Estado, uma vez que esta verba corresponde a uma transferência financeira obrigatória do Orçamento do Estado que visa dotar os municípios dos meios necessários ao desempenho das suas atribuições em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento. Assim, quanto maior for este indicador, maior será a dependência do município face ao Orçamento de Estado. Em termos previsionais, o Centro de Portugal apresenta um valor de 20,8% para 2012, sendo, no entanto, o panorama municipal bastante diversificado (figura 4). Dos 77 municípios da região, prevê-se que 23 se posicionem abaixo da média regional, correspondendo estes municípios aos que tendencialmente apresentam maiores densidades populacionais e económicas, o que sugere uma maior capacidade de gerar receita local e consequentemente menos dependência das transferências do Estado. Aveiro e Coimbra apresentam um peso previsto do FEF no total das receitas abaixo dos 3,5%, o que se justifica, sobretudo, pela sua capacidade de arrecadação de impostos diretos (imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis, derrama, imposto único de circulação, entre outros), rubrica onde se posicionam bastante acima da média regional. Os municípios mais dependentes das transferências do Estado são Fornos de Algodres, Idanha-a-Nova, Vila de Rei, Proença-a-Nova e Aguiar da Beira, com valores previsionais acima dos 50%.

A figura 5 permite analisar a evolução, entre 2011 e 2012, de alguns indicadores previsionais para o Centro de Portugal.

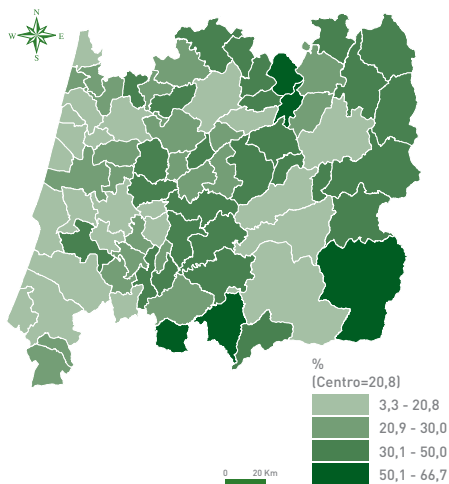
No que respeita ao peso da receita creditícia na estrutura financeira dos orçamentos municipais, indicador representativo da parte da receita do município que é obtida por recurso ao crédito, prevê-se um decréscimo de 4,7% para 2,3% em 2012, reduzindo-se a dependência dos municípios face ao sistema financeiro e a sua contribuição para o endividamento municipal. Refira-se, a este propósito, que mais de 50% dos municípios da região não preveem o recurso ao crédito em 2012, indiciando uma tendência para orçamentos recessivos, justificada, em grande medida, pela política restritiva adotada em Portugal no seguimento das condições impostas pelo programa de assistência financeira União Europeia / Fundo Monetário Internacional / Banco Central Europeu.



Relativamente ao indicador que mede o impacto do investimento (aquisição de bens de capital, ou seja de património duradouro) no total da despesa, prevê-se que, em 2012, o Centro de Portugal apresente um valor de 43,8%, cerca de menos 2 pontos percentuais que no ano anterior. Esta evolução nas previsões dos municípios da região reflete a necessidade de contenção de despesa e as dificuldades de financiamento, designadamente, no acesso ao crédito, confirmando a tendência para orçamentos recessivos.

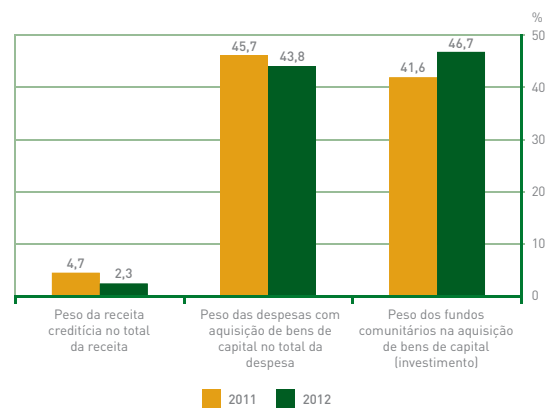
Finalmente, quanto ao indicador representativo do impacto da receita proveniente dos fundos comunitários no total da despesa com aquisição de bens de capital (investimento) prevê-se que, no Centro de Portugal, em 2012, cerca de metade dos investimentos (46,7%) sejam, previsivelmente, financiados por fundos comunitários. Este indicador sofreu um acréscimo face ao ano anterior que estará certamente relacionado com o aumento das taxas de participação aprovadas no QREN.

**Figura 4 – Peso do fundo de equilíbrio financeiro (FEF) no total das receitas em 2012 (dados previsionais)**



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

**Figura 5 – Indicadores de finanças locais para o Centro de Portugal (dados previsionais)**



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

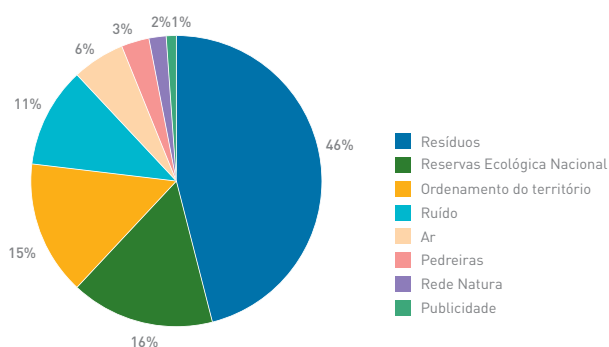
## Fiscalização

A CCDRC assegura a coordenação e o desenvolvimento de ações de fiscalização nas matérias da sua competência competindo-lhe fiscalizar no domínio do ambiente (ar, ruído e resíduos), da conservação da natureza e da biodiversidade e do ordenamento do território. Assim, durante o ano de 2011, a CCDRC assegurou 524 ações de fiscalização, mais 7% que em 2010, com especial incidência na área dos resíduos, responsável por quase metade (46%) das fiscalizações efetuadas (figura 6). De destacar ainda, pela sua importância, as fiscalizações no âmbito da reserva ecológica nacional, do ordenamento do território e do ruído (designadamente ao ruído ambiente emitido por atividades ruidosas permanentes e por infraestruturas de transporte) que, no seu conjunto, representam 42% das fiscalizações efetuadas. Resultantes das infrações detetadas nas ações de fiscalização, foram levantados 79 processos de contraordenação e aplicadas coimas no montante de cerca de 100.000 euros.

No ano de 2011 foram encaminhadas e analisadas 224 reclamações de cariz ambiental e de ordenamento do território e conservação da natureza, representando um acréscimo de 19% face ao ano anterior. Analisando a tipologia das reclamações (figura 7), destacam-se as reclamações sobre ruído (26%), resíduos (20%), violação do regime da reserva ecológica nacional (15%) e ar (14%). Apesar do maior volume de reclamações, o tempo médio de resposta diminuiu para 34 dias (menos 12 dias que no ano anterior). De salientar, no entanto, que o tempo de resposta é sempre condicionado pela complexidade dos assuntos tratados e pelo número de ações necessárias para a recolha dos elementos de prova, sua análise e conclusão.

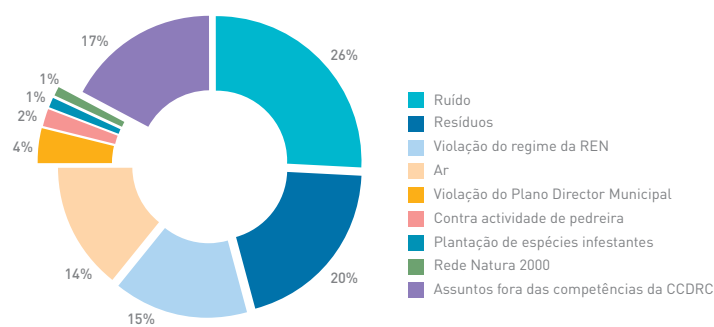


Figura 6 – Ações de fiscalização realizadas pela CCDRC por regime jurídico em 2011



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

Figura 7 – Reclamações apresentadas na CCDRC por tipo em 2011



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

## Ordenamento e gestão do território

No âmbito das suas variadas atribuições e competências ao nível do ordenamento e gestão do território, a CCDRC assume a responsabilidade de acompanhar a elaboração, alteração e revisão dos vários instrumentos de gestão territorial com incidência no seu território de atuação. De acordo com alguns dos indicadores disponíveis no DataCentro sobre este domínio, verifica-se por exemplo que, até ao final de 2011, no Centro de Portugal, existiam 8 planos de ordenamento de áreas protegidas, que incidiam sobre uma área de cerca de 168 mil hectares (7% do território regional). Estes planos abrangiam 18 municípios da região, existindo municípios com grande parte do seu território protegido, como é o caso de Manteigas, Porto de Mós, Seia e Gouveia (quadro 4).

Quadro 4 – Planos de ordenamento de áreas protegidas no Centro de Portugal em 2011

Planos de ordenamento de áreas protegidas		
Designação do plano de ordenamento (PO)	Municípios abrangidos	Superfície do município abrangida
PO Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto	Aveiro	4,1%
PO Reserva Natural do Paul de Arzila	Coimbra	0,9%
	Condeixa-a-Nova	1,2%
	Montemor-o-Velho	0,7%
PO Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	Porto de Mós	66,8%
PO Área Paisagem Protegida da Serra do Açor	Arganil	1,1%
PO Parque Natural da Serra da Estrela	Gouveia	50,3%
	Covilhã	26,5%
	Seia	52,0%
	Celorico da Beira	36,8%
	Guarda	21,5%
PO Parque Natural do Douro Internacional	Manteigas	100,0%
PO Reserva Natural da Serra da Malcata	Figueira de Castelo Rodrigo	35,0%
	Sabugal	5,0%
PO Parque Natural do Tejo Internacional	Penamacor	21,0%
	Castelo Branco	8,6%
	Idanha-a-Nova	9,0%
	Vila Velha de Ródão	1,5%

Cálculos próprios a partir de <http://datacentro.ccdrc.pt>

No que se refere aos instrumentos de planeamento territorial irá ser possível monitorizar vários aspetos nomeadamente a evolução dos perímetros urbanos e o consumo de solo rural.

Por outro lado, a CCDRC detém competências diversas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. No Centro de Portugal, em 2011, cerca de 45% do território encontrava-se afeto à REN, existindo 79 cartas de delimitação de REN em vigor: 77 cartas a nível municipal e 2 planos de ordenamento de albufeiras que também definem áreas de REN (plano de ordenamento da albufeira da Aguieira e plano de ordenamento das albufeiras de Santa Águeda e Pisco)

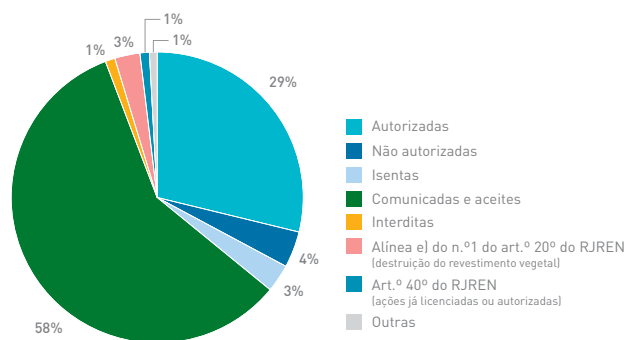
Sendo a REN uma restrição de utilidade pública, aplica-se-lhe um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando-se os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nas diversas tipologias de áreas de REN. Assim, existem intervenções em áreas de REN sujeitas a autorização<sup>24</sup>, comunicação prévia ou parecer<sup>25</sup> a emitir pela CCDR consoante a ação e tipologia em causa.

Neste âmbito e durante o ano de 2011, a CCDRC analisou e decidiu sobre 1.131 pedidos de intervenção em áreas de REN (mais 134 pedidos que no ano anterior), tendo sido 58% das intervenções comunicadas e aceites e 29% autorizadas (figura 8). Estes pedidos distribuíram-se quase equitativamente entre os grupos “sustentabilidade do ciclo da água” (51%) e “prevenção de riscos naturais” (46%). Em termos de área de REN, foram solicitados para intervenção cerca de 49 milhões de hectares (mais 40% que no ano anterior), correspondendo a uma média de 43.608 hectares por pedido, tendo 82% da área solicitada para intervenção sido comunicada e aceite e inserindo-se maioritariamente no grupo “prevenção de riscos naturais” (58%).

<sup>24</sup> Com a realização de conferências de serviço com outras entidades externas (Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro, Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Centro, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), quando aplicável.

<sup>25</sup> Pareceres sobre ações de relevante interesse público (RIP), ações sujeitas a avaliação de impacto ambiental (AIA) e esclarecimentos diversos (enquadramento no artigo 40.º do regime jurídico da REN (RJREN), na alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do RJREN, ou em casos de isenção, interdição e confirmações da interferência, ou não, com REN),

Figura 8 – Pedidos de intervenção em áreas de REN com decisão segundo o tipo de decisão no Centro de Portugal em 2011



Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>

A elaboração e a atualização de informação técnica registada, permitirá a sua utilização por entidades competentes na matéria, de modo a haver uma melhor articulação entre a delimitação da REN e as suas tipologias, relacionando os conceitos estratégicos com a realidade das intervenções no solo.

Ao abrigo do artigo 13.º-A do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) cabe à CCDRC, relativamente à sua área de atuação, o papel de entidade coordenadora nas consultas às entidades que se devam pronunciar sobre as operações urbanísticas em razão da sua localização, emitindo uma decisão global e vinculativa da Administração Central, direta ou indireta. Assim, sobre estas consultas, a CCDRC emitiu, em 2011, 250 decisões globais enquanto entidade coordenadora, a maioria das quais favoráveis (24% favoráveis e 39% favoráveis condicionadas). Claramente destacado surge o município de Leiria, com 149 decisões globais, seguido dos municípios de Batalha (21), Covilhã (18) e Coimbra (16). Para além destas decisões globais, a CCDRC emitiu ainda, durante o ano de 2011, um total de 119 pareceres sobre operações urbanísticas em razão de localização.

# FONTES

## CONJUNTURA

### Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

### Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

### Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2010 e 2011)

### Empresas

- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
  - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
  - Empresas constituídas
  - Ações de insolvência

### Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

### Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

### Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
  - Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

### Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e saídas de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual
  - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
  - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
  - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
  - Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

### Políticas Públicas no Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
  - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 13, 14 e 15
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

### Projeto ACTION: Ações de Cooperação Transfronteiriça para a Inovação e Oportunidades de Negócio

## DINÂMICAS REGIONAIS NO CENTRO DE PORTUGAL

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, DataCentro

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2012 foi recolhida até ao dia 18 de junho de 2012.

